

SUMÁRIO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1. CONTEXTUALIZANDO O NOVO DIREITO CIVIL	77
1. Direito civil: origens e funções contemporâneas	77
2. Para onde estamos indo? A estrutura teórico-normativa do novo direito civil.....	78
2.1. O direito civil em sociedades complexas e plurais.....	80
2.2. Os fins éticos do direito civil contemporâneo	83
3. Um início de século marcado por mudanças.....	86
3.1. Mudanças na parte geral.....	87
3.2. Mudanças no direito contratual.....	90
3.3. Mudanças no direito de propriedade.....	95
3.4. Mudanças no direito das famílias	97
3.5. Mudanças na responsabilidade civil	101
3.6. Mudanças no direito das sucessões	106
4. Características do direito civil no século XXI.....	108
4.1. Constitucionalização, despatrimonialização e repersonalização do direito civil	108
4.2. Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas	110
4.3. Existência não só de códigos civis, mas também de microssistemas legislativos	111
4.4. O sistema jurídico como um sistema aberto de princípios normativos	112
4.4.1. Há hierarquia normativa entre princípios e regras?.....	114
4.5. Funcionalização dos conceitos, categorias e institutos civis.....	114
4.6. A renovação da interpretação no direito civil: a teoria dos direitos fundamentais	116
4.7. O direito civil no Estado dos direitos fundamentais: novas funções.....	117
4.8. Distinção entre interesse estatal e interesse público (e o questionamento da supremacia do interesse público sobre o particular)	119
4.9. Menor relevância da distinção entre direito público e privado.....	121
4.10. Redução qualitativa da autonomia da vontade.....	122
4.11. Valorização da igualdade substancial e equivalência material entre as prestações	124
4.12. Valorização da boa-fé objetiva e de suas múltiplas funções.....	125
4.13. A função social no direito civil	127

4.13.1. Breve referência à função social do contrato no cenário de pandemia.....	129
4.13.2. Planos de saúde: um breve olhar sobre a experiência brasileira.....	129
4.14. Maior proteção às vítimas dos danos.....	137
4.14.1. Distinguindo: ilícito civil x responsabilidade civil.....	137
4.14.2. Tutela contra o ilícito no CPC/2015.....	138
4.15. Diálogo das fontes.....	138
4.15.1. Situações em que, segundo o STJ, não se aplica o CDC.....	140
4.15.2. Situações em que, segundo o STJ, aplica-se o CDC.....	142
4.16. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo.....	146
4.17. Ampliação dos espaços de liberdade nas situações subjetivas existenciais.....	146
4.18. Direito privado coletivo: do sujeito isolado ao sujeito conectado.....	149
4.19. Direito civil e novas tecnologias.....	151
4.19.1. O direito fundamental à proteção de dados.....	152
4.19.2. A economia do compartilhamento (<i>sharing economy</i>).....	154
4.19.3. Algumas questões sobre a Inteligência Artificial e os algoritmos.....	154
4.19.3.1. Personalidade às máquinas com inteligência artificial?.....	158
4.19.3.2. A questão dos veículos autônomos.....	158
4.19.3.3. Presença digital também é presença.....	158
4.19.3.4. Aspectos comportamentais negativos: discurso do ódio e <i>fake news</i>	159
4.20. Um olhar para o futuro do dinheiro: vivendo entre <i>blockchains</i> e criptomoedas.....	159
4.20.1. <i>Blockchain</i>	159
4.20.2. Bitcoin.....	160
4.20.3. Ethereum e outras criptomoedas.....	161
4.20.4. Finanças descentralizadas (DeFi).....	161
4.20.5. <i>Smart contracts</i>	161
4.20.6. NFTs.....	162
4.20.7. Metaverso.....	162
4.20.7.1. Entre avanços e perigos: as complexidades do metaverso.....	162

2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO 164

1. Uma palavra prévia: distinguindo Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Parte Geral do Código Civil.....	164
1.1. O Código Civil brasileiro e sua parte geral: um breve sumário explicativo.....	166
1.2. O que faz parte do direito civil atualmente?.....	166
1.3. O sistema aberto do direito civil: eticidade, socialidade e operabilidade.....	167
2. Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro.....	169
2.1. Antiga e atual denominação: fundamentos e razões.....	170
2.2. O que são normas de <i>sobredireito</i> ?.....	171
2.3. Fontes do direito: abordagem tradicional e equívocos recorrentes.....	171
2.4. “Princípios gerais do direito” é uma expressão sinônima de princípios constitucionais?.....	173
2.5. Âmbito de aplicação (e possíveis exceções) da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	173
2.6. A existência de lacunas no ordenamento e os mecanismos de integração.....	174
2.7. Vigência, revogação, <i>vacatio legis</i> e <i>desuetudo</i> no ordenamento brasileiro.....	176
2.8. Eficácia das leis no tempo: a questão do direito intertemporal.....	180
2.8.1. Critérios gerais.....	180
2.8.2. Irretroatividade e leis de ordem pública.....	181
2.8.3. Direito adquirido e constituinte originário.....	182
2.8.4. Direito adquirido e constituinte derivado (emendas).....	182
2.8.5. A questão da relativização do direito adquirido e da coisa julgada.....	182
2.9. Eficácia das leis no espaço: a questão da territorialidade da lei.....	182
2.9.1. Aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada.....	184
2.9.2. Sentença estrangeira e o <i>exequatur</i> do STJ.....	184
2.9.2.1. Laudo arbitral estrangeiro exige o <i>exequatur</i> ?.....	185
2.9.2.2. Decisões administrativas estrangeiras e de tribunais eclesiais.....	186

2.9.3.	Prova de fatos ocorridos no exterior	186
2.9.4.	Direito das famílias e a sua aplicação no espaço (direito internacional das famílias).....	186
2.9.5.	Cláusula de eleição de foro estrangeiro e o CPC/2015	186
3.	As mudanças na LINDB: a <i>publicização</i> do seu conteúdo	187

PARTE GERAL

1.	DIREITOS DA PERSONALIDADE	191
1.	Dos bens materiais aos bens imateriais	191
2.	A construção dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror	192
3.	Compreendendo o conceito de pessoa: um passo além do formalismo	193
3.1.	As múltiplas dimensões normativas da dignidade.....	193
4.	As democracias constitucionais contemporâneas e as esferas autodeterminativas	194
5.	Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos	194
5.1.	Discriminação de fato e discriminação indireta (teoria do impacto desproporcional).....	195
6.	Qual a terminologia mais adequada? Entendendo as integridades física, moral e intelectual	196
6.1.	Direito à integridade física.....	197
6.1.1.	A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal	197
6.1.2.	A questão do consentimento informado.....	198
6.1.3.	A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador	199
6.1.4.	A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue	199
6.1.5.	A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos.....	200
6.1.6.	A questão da mudança de sexo e mudança no registro	200
6.1.7.	A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada	201
6.2.	Direito à integridade psíquica (moral).....	202
6.2.1.	Direito à imagem.....	203
6.2.1.1.	O caráter autônomo do direito à imagem.....	203
6.2.1.2.	O caráter uno do direito à imagem	203
6.2.1.3.	O caráter in re ipsa do direito à imagem.....	203
6.2.1.4.	A análise da função social da imagem.....	204
6.2.1.5.	Parâmetros de ponderação	204
6.2.1.6.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	206
6.2.2.	Direito ao nome	209
6.2.2.1.	As funções do nome	210
6.2.2.1.1.	O nome como direito da personalidade	210
6.2.2.1.2.	O nome como sinal designativo	211
6.2.2.2.	A simplificação operada pelo Código Civil	211
6.2.2.3.	Registros públicos: o princípio da inalterabilidade relativa do nome.....	211
6.2.2.3.1.	Erro gráfico evidente.....	212
6.2.2.3.2.	Prenomes ridículos	212
6.2.2.3.3.	Adoção.....	213
6.2.2.3.4.	Apelidos públicos notórios	213
6.2.2.3.5.	Fundado temor em razão de colaboração com apuração de crimes	213
6.2.2.3.6.	Possibilidade de alteração imotivada do nome aos 18 anos	213
6.2.2.3.7.	Naturalização do estrangeiro	214
6.2.2.3.8.	Cirurgias de redesignação sexual.....	214
6.2.2.4.	O caráter exemplificativo do rol de mudanças: cláusula aberta	214
6.2.2.5.	Exceções: hipóteses de alteração do sobrenome	215
6.2.2.6.	Questões atuais relativas ao nome.....	215
6.2.2.6.1.	O nome e a multiparentalidade	216
6.2.2.6.2.	O nome social	216

6.2.2.6.3. O direito ao nome e as inovações da Lei n. 14.382/2022.....	216
6.3. Integridade intelectual.....	217
6.3.1. Direitos patrimoniais do autor.....	218
6.3.2. Direitos extrapatrimoniais do autor.....	218
6.3.3. Questões atuais relativas ao tema.....	219
6.3.3.1. Biografias não autorizadas	219
6.3.3.2. <i>Hate speech</i>	220
7. A opção prioritária pela tutela preventiva	221
7.1. O <i>bullying</i> e a tutela preventiva.....	222
7.2. Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta.....	223
7.3. A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória	223
8. Quais as (reais) características dos direitos da personalidade?	224
8.1. A dupla inerência dos direitos da personalidade.....	225
8.2. A transmissão dos efeitos patrimoniais das lesões personalíssimas e a questão da prescrição.....	225
9. Direitos da personalidade e danos morais: refazendo o percurso histórico-jurisprudencial	226
10. Deveres de proteção por parte do Estado.....	227
11. Outras questões polêmicas.....	228
11.1. Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar?.....	229
11.2. Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?.....	230
11.2.1. Estatuto Jurídico dos Animais: nova qualificação jurídica em Portugal (Lei n. 8/2017).....	230
12. A liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental	231
12.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede	231
12.2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos	232
12.2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?	232
12.2.2. Os abusos, quando configurados, são atos ilícitos.....	233
12.2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos	233
12.2.4. O direito de resposta como tutela específica	234
12.2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015).....	234
12.2.5. Quem responde por danos causados através da imprensa?.....	235
12.2.5.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?	236
12.2.5.2. Lei de imprensa: não recepção pela Constituição de 1988.....	236
13. Contextualizando o uso da imagem alheia.....	236
13.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações.....	236
13.1.1. A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens.....	237
13.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido	237
13.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita.....	237
13.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação	238
13.4. Fotos de multidões e direito à imagem	238
13.5. Imagens de crianças e adolescentes	239
13.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	239
2. UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO.....	240
1. Direitos que estão na pauta do século XXI	240
1.1. Direito à identidade sexual.....	240
1.2. Direito à autodeterminação informativa e <i>paper less society</i> : entre o mundo físico-convencional e o mundo digital.....	242
1.3. Direito à verdade acerca da própria origem genética.....	244
1.4. Direito de não saber	245
1.5. Direito ao esquecimento	246
1.6. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade	247
1.7. Direito à educação domiciliar? A questão do <i>homeschooling</i>	248
1.8. Direito de não nascer? Um tema mal colocado.....	249
1.9. Direito ao tempo útil (e outras formulações como a teoria do desvio produtivo).....	250

2.	O extraordinário desenvolvimento da biotecnologia: dilemas éticos e jurídicos.....	250
2.1.	Questões relativas aos dados genéticos.....	251
2.2.	Bioética e autonomia do paciente	251
2.2.1.	A questão das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs).....	252
2.3.	Direito à morte digna? Distinguindo ortotanásia, distanásia, suicídio assistido e eutanásia.....	253
2.4.	Os novos modos de “engravidar” no século XXI.....	254
2.5.	Um novo olhar para os riscos.....	255
3.	O diálogo intergeracional: olhando para o futuro	256
4.	Estado de coisas inconstitucional: possíveis repercussões hermenêuticas.....	257
4.1.	A normatividade dos direitos fundamentais: levando direitos a sério.....	258
4.2.	Um passo além da retórica: não é uma proteção “se der”.....	258
4.3.	Quanto mais valioso o direito, mais aceitável é o ativismo judicial.....	258
4.4.	Fazendo conexões teóricas entre direitos sociais e consequências vinculantes.....	259
4.4.1.	Poderes públicos.....	259
4.4.2.	Poderes privados	260
5.	Aplicação dos tratados e convenções internacionais às relações civis	260
5.1.	Constitucionalização e convencionalização do direito civil	261
6.	Os princípios e a ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada ao direito civil	262
7.	A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos casos extremos	262
8.	Aplicação do direito civil e os desacordos morais razoáveis.....	264
9.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	264
3.	PERSONALIDADE CIVIL	268
1.	Personalidade: um conceito chave para o direito civil.....	268
2.	Quando tem início a personalidade?.....	269
2.1.	A questão do nascituro: três teorias explicativas.....	270
2.1.1.	Teoria concepcionista.....	270
2.1.1.1.	O nascituro como pessoa em estágio peculiar de desenvolvimento	271
2.1.1.2.	Nascituro: direitos existenciais x direitos patrimoniais	271
2.1.2.	Teoria natalista	272
2.1.3.	Teoria da personalidade condicional.....	272
2.2.	Há relevância pragmática na distinção?.....	272
2.3.	O início da personalidade de acordo com o Código Civil	273
3.	O caráter juridicamente singular do embrião.....	273
3.1.	A situação do embrião antes da implantação no útero.....	273
3.2.	A situação do embrião depois da implantação no útero.....	274
3.3.	A decisão do STF sobre as células-tronco embrionárias.....	274
4.	O conceito contemporâneo de personalidade: um conceito ético-jurídico.....	275
5.	Um novo olhar para os animais?.....	275
5.1.	Há dignidade para além do ser humano?	276
5.1.1.	Dois visões teóricas.....	277
5.1.2.	Uma visão legislativa recente: seres dotados de sensibilidade	277
5.2.	Farra do boi e vaquejadas: o olhar do STF.....	278
6.	Fim da personalidade da pessoa humana	279
6.1.	Morte real	279
6.2.	Morte civil	279
6.3.	Morte presumida	280
6.3.1.	Morte presumida sem decretação de ausência	280
6.3.2.	Morte presumida com decretação de ausência	280
6.4.	Comoriência	280
7.	Ausência.....	281
7.1.	Quem é ausente para o direito civil?.....	281

7.1.1.	Legitimação ativa, curador e foro competente.....	281
7.1.2.	Fundamento do instituto da ausência.....	282
7.2.	As três fases da ausência	282
7.2.1.	Curadoria dos bens do ausente	282
7.2.2.	Sucessão provisória	283
7.2.3.	Sucessão definitiva	283
7.3.	A ausência no CPC/2015.....	283
4.	A NOVA TEORIA DAS CAPACIDADES	284
1.	Teoria das capacidades: o amanhecer de um novo tempo.....	284
1.1.	Entre a vida e as regras.....	284
1.2.	O ser humano como uma fonte de escolhas íntimas que deverão ser respeitadas	284
1.3.	Um triste passado: vidas confiscadas.....	285
1.4.	A capacidade como direito fundamental	286
2.	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).....	287
3.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).....	287
3.1.	Dois modelos jurídicos.....	287
3.1.1.	Deficiência sem curatela.....	287
3.1.1.1.	Deficientes sem curatela e a Tomada de Decisão Apoiada	288
3.1.2.	Deficiência com curatela.....	288
3.1.2.1.	O perfil funcionalizado da curatela	288
3.1.2.2.	A curatela no CPC/2015.....	289
4.	Um Código Civil de outro tempo?	289
4.1.	Uma análise crítica das incapacidades do Código Civil	290
4.2.	Um novo olhar para a teoria das (in)capacidades	291
4.3.	Valorizando a autodeterminação dos adolescentes e pessoas idosas	291
4.3.1.	Pessoas Idosas: autonomia existencial e patrimonial progressivamente valorizada.....	291
4.3.2.	Adolescentes: não tão incapazes assim (a valorização do discernimento)	292
5.	CAPACIDADE E INCAPACIDADE CIVIL.....	294
1.	Personalidade e capacidade: conceitos que não se confundem.....	294
1.1.	Existe incapacidade de direito?	294
2.	Espécies de incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa	295
2.1.	Suprimento da incapacidade: representantes e assistentes	295
2.1.1.	Representantes	295
2.1.2.	Assistentes	296
3.	Hipóteses de incapacidade civil que deixaram de existir.....	296
3.1.	Incapacidade absoluta	296
3.1.1.	Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática desses atos	296
3.1.2.	Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.	296
3.2.	Incapacidade relativa.....	296
3.2.1.	Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido	296
3.2.2.	Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.....	297
4.	Hipóteses atuais de incapacidade civil no Brasil.....	297
4.1.	Incapacidade absoluta	297
4.1.1.	Menores de 16 anos	297
4.1.1.1.	Pequenos atos da vida comercial praticados por crianças.....	297
4.1.1.2.	Restitutio in integrum e outras situações que beneficiam o incapaz	298
4.2.	Incapacidade relativa	298
4.2.1.	Maiores de 16 e menores de 18	298
4.2.1.1.	Os incapazes (absoluta ou relativamente) podem responder civilmente por danos causados?	299
4.2.2.	Alcoólatras e viciados em drogas.....	299

4.2.3.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	300
4.2.4.	Os pródigos	300
4.2.5.	Hipóteses conexas	301
4.2.5.1.	A questão da capacidade dos indígenas.....	301
4.2.5.2.	A questão da capacidade dos surdos-mudos	301
4.2.5.3.	Deficiências físicas não mentais: paraplegia, tetraplegia e outras doenças incapacitantes.....	301
4.2.5.4.	O cidadão condenado criminalmente.....	301
4.2.5.5.	O conceito de ilegitimidade no direito material	302
5.	A questão da capacidade em diálogo das fontes.....	302
5.1.	Um breve olhar para os incapazes no CPC/2015.....	302
5.2.	Capacidade e negócios jurídicos processuais.....	302
5.3.	Incapacidade no Código Civil e vulnerabilidade no CDC: distinções	303
5.3.1.	Vulnerabilidade e hipervulnerabilidade	304
5.4.	Hipossuficiência e atualidades sobre a inversão do ônus da prova.....	304
6.	Cessação das incapacidades	305
6.1.	Emancipa�o	307
6.1.1.	Emancipa�o voluntária	307
6.1.2.	Emancipa�o judicial	308
6.1.3.	Emancipa�o legal (automática)	308
6.1.3.1.	Casamento	308
6.1.3.1.1.	Diferença entre autoriza�o para o casamento e emancipa�o	308
6.1.3.1.2.	Há retorno � incapacidade em caso de viuvez ou casamento nulo?	309
6.1.3.2.	Exercício de emprego público efetivo	309
6.1.3.3.	Colaço de grau em curso de ensino superior	309
6.1.3.4.	Estabelecimento civil ou comercial e rela�o de emprego	310
7.	Estado da pessoa (<i>status</i>): da estrutura � fun�o	310
7.1.	Interdi�o: uma expressão a ser evitada	311
6.	PESSOAS JURÍDICAS.....	312
1.	As pessoas jurídicas e seus ciclos históricos.....	312
2.	Quem pode titularizar rela�es jurídicas?.....	313
3.	In�cio da personifica�o das pessoas jurídicas: caráter constitutivo do registro	313
3.1.	Onde realizar o registro?	314
3.2.	Necessidade de autoriza�o especial ou de cadastros posteriores � Constitui�o.....	314
3.3.	Ausência e cancelamento do registro	314
4.	Características: o que define uma pessoa jurídica?	315
5.	As teorias clássicas que tentam explicar a pessoa jurídica: discussão necessária?	316
6.	Entes não personalizados: quem são?.....	316
6.1.	Sujeitos de direito que não são pessoas.....	316
6.1.1.	Condomínio edilício.....	317
6.1.2.	Sociedade não personificada e sociedade irregular	317
6.1.3.	Herança jacente e vacante.....	317
6.1.4.	Espólio	318
6.1.5.	Outras situa�es possíveis.....	318
7.	A teoria do órgão: representa�o ou apresenta�o da pessoa jurídica?	318
8.	A teoria da aparência	319
8.1.	A teoria da aparência <i>versus</i> a teoria <i>ultra vires</i>	320
9.	Direitos da personalidade e pessoa jurídica.....	320
9.1.	Os chamados danos institucionais	320
10.	Desconsidera�o da personalidade jurídica	321
10.1.	Entendendo a desconsidera�o: a funcionaliza�o do instituto	321
10.2.	Distinguindo desconsidera�o de despersonaliza�o.....	322

10.3. Teorias maior e menor: diferenciações e âmbitos de aplicação.....	322
10.3.1. Código Civil e teoria maior: teorias maior subjetiva e objetiva	322
10.3.2. CDC e teoria menor.....	323
10.4. Requisitos para a desconsideração.....	324
10.4.1. A desconsideração e a Lei de Liberdade Econômica.....	325
10.4.2. Desconsideração e “sociedades em comum” (sociedade irregular ou de fato)	327
10.5. Aspectos processuais da desconsideração: diálogos entre o CC e o CPC/2015	327
10.6. Desconsideração inversa: consagração doutrinária, jurisprudencial e normativa	328
10.7. Outros campos temáticos da desconsideração.....	328
10.7.1. A desconsideração e as <i>offshore companies</i>	328
10.7.2. A desconsideração expansiva da personalidade jurídica.....	329
10.7.3. A desconsideração no âmbito da administração pública	329
10.7.4. A desconsideração e a questão da subcapitalização	329
10.7.5. A desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	330
10.7.6. A desconsideração e as pessoas jurídicas sem fins lucrativos	330
11. Classificação e espécies de pessoas jurídicas.....	330
11.1. Pessoas jurídicas de direito público: espécies e forma de criação	330
11.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	331
11.2.1. Corporações: a prevalência do elemento associativo.....	331
11.2.1.1. Associações	331
11.2.1.1.1. A questão da exclusão do associado.....	332
11.2.1.1.2. Organizações religiosas e partidos políticos.....	333
11.2.1.1.2.1. É possível o controle de legitimidade das organizações religiosas?.....	333
11.2.1.1.3. As taxas de manutenção e os condomínios de lote	334
11.2.1.2. Sociedades.....	335
11.2.1.2.1. Função social da empresa x função social da propriedade.....	335
11.2.2. Fundações	335
11.2.2.1. As fundações e a atuação do Ministério Público.....	336
11.2.2.2. A questão dos fins das fundações.....	336
11.2.2.3. As fundações podem participar de sociedade?	337
11.2.2.4. A polêmica questão das fundações de direito público	337
11.2.3. O chamado Terceiro Setor.....	338
12. O Estado no século XXI: contextualização	338
12.1. Breves precisões conceituais: o que faz surgir o dever de indenizar estatal?.....	339
12.2. A responsabilidade objetiva do Estado: tradição constitucional brasileira	340
12.2.1. Uma lenta assimilação cultural das mudanças.....	340
12.3. O caráter interdisciplinar da responsabilidade civil do Estado.....	341
13. As três fases tradicionais da responsabilidade civil do Estado.....	341
13.1. A quarta (e atual) fase: o Estado como garantidor de direitos fundamentais.....	342
13.1.1. A teoria dos deveres de proteção.....	342
13.1.2. O princípio da vedação de medidas insuficientes.....	343
13.2. Agir e deixar de agir: compreendendo a nova rede de conexões conceituais.....	343
13.2.1. O Estado como amigo e inimigo dos direitos fundamentais.....	343
13.2.1.1. O olhar recente do STF sobre as prisões (estado de coisas inconstitucional e dever de indenizar estatal em razão da situação degradante dos presídios).....	344
14. Agentes públicos: compreendendo a expressão	345
14.1. Amplitude conceitual da expressão “agentes públicos”	345
14.2. A questão de o dano ter sido causado por agente público “nessa qualidade”	345
14.3. É possível propor a ação diretamente contra o agente público?.....	346
14.3.1. A teoria da dupla garantia	346
14.3.2. A teoria da inexistência do benefício de ordem.....	346
14.3.3. Visões distintas: STF e STJ.....	347
14.3.3.1. A questão no STJ.....	347

14.3.3.2. A questão no STF.....	347
14.4. Casos em que o agente público só responde por dolo ou fraude.....	348
14.4.1. As inovações do CPC/2015.....	348
14.5. Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos.....	348
15. Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	349
15.1. Omissão genérica e omissão específica.....	349
15.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	350
15.3. A questão das omissões estatais: a culpa é necessária?.....	350
15.3.1. Visões distintas: STF e STJ.....	350
15.3.2. Questão pacífica? Um problema posto de forma equivocada.....	350
15.3.3. Omissão estatal: há uma dualidade constitucional de regimes?.....	351
15.3.3.1. A questão no STJ.....	352
15.3.3.2. A questão no STF.....	352
15.3.4. O caráter objetivo da responsabilidade do Estado nas omissões.....	353
15.3.5. Até os subjetivistas estão objetivando?.....	354
15.4. Responsabilidade civil do Estado e violência urbana: já temos respostas?.....	356
16. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciais.....	359
16.1. Responsabilidade civil por atos legislativos.....	359
16.1.1. Imunidade parlamentar e questões conexas.....	360
16.1.2. O dever de indenizar e as leis.....	361
16.1.2.1. Leis inconstitucionais.....	361
16.1.2.2. Leis constitucionais.....	362
16.1.3. Omissão no dever de legislar: configuração atual do problema.....	362
16.2. Responsabilidade civil por atos judiciais.....	363
16.2.1. A questão das prisões preventivas e temporárias: há possibilidade de indenização?.....	364
16.3. Apenas ilícitos geram dever estatal de indenizar?.....	365
16.3.1. Postura teórica e jurisprudencial: a natureza jurídica da teoria do risco.....	365
17. Outras questões.....	366
17.1. Cartórios: a responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/2016.....	366
17.2. Ações de regresso: um caminho pouco trilhado (resquícios de patrimonialismo?).....	368
17.2.1. Direito ou dever do Estado?.....	368
17.2.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?.....	370
17.2.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso?.....	370
17.2.3.1. Overruling: a nova compreensão do STF sobre o tema.....	371
17.3. Prescrição: polêmicas e definições.....	371
17.4. A questão da denúncia da lide.....	372
17.5. Danos multitudinários: visão atual do problema.....	373
17.6. A lei anticorrupção (Lei n. 12.846/2013): aspectos relevantes.....	374
7. DOMICÍLIO.....	376
1. Contextualização e importância.....	376
2. Conceito de domicílio.....	377
2.1. Domicílio profissional.....	377
3. Pluralidade de domicílios.....	378
3.1. Sistemas francês e alemão.....	378
3.2. Opção brasileira.....	378
4. Questionando o “ânimo definitivo”: estamos caminhando para uma objetivação do conceito de domicílio?.....	379
5. Espécies de domicílio.....	380
5.1. Em relação à pessoa: física/jurídica (de direito público e privado).....	380
5.1.1. Inserindo o CDC no debate.....	380
5.2. Quanto ao modo de estabelecimento (voluntário/necessário).....	380
5.3. Quanto ao âmbito espacial (geral/especial).....	381
5.4. A questão do domicílio ocasional.....	381

5.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	382
5.5.1.	Pluralidade de domicílio da pessoa jurídica.....	382
5.5.2.	O domicílio da pessoa jurídica estrangeira e outras situações processuais.....	382
8.	BENS.....	383
1.	Coisas e bens: uma constante confusão conceitual e terminológica.....	383
2.	A necessidade de atualização do conceito de bem no direito civil: “descoisificando” certos bens.....	384
3.	O conceito de patrimônio.....	385
3.1.	O abuso de certas ficções tradicionais: todos têm patrimônio.....	386
4.	Os bens como o objeto das relações jurídicas.....	386
5.	Classificação dos bens: classificamos por quê?.....	387
5.1.	Bem em si mesmos considerados.....	387
5.1.1.	Bens móveis e imóveis: visão clássica e atual (desmaterialização dos bens).....	387
5.1.1.1.	Bens imóveis.....	388
5.1.1.1.1.	Imóveis por natureza.....	388
5.1.1.1.2.	Imóveis por acessão natural.....	388
5.1.1.1.3.	Imóveis por acessão artificial ou industrial.....	388
5.1.1.1.4.	Imóveis por determinação legal.....	388
5.1.1.2.	Bens móveis.....	389
5.1.1.2.1.	Bens móveis por natureza.....	389
5.1.1.2.2.	Bens móveis por determinação legal.....	389
5.1.1.2.3.	Bens móveis por antecipação.....	389
5.1.1.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	389
5.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	390
5.1.2.1.	Bens fungíveis.....	390
5.1.2.2.	Bens infungíveis.....	390
5.1.2.2.1.	Infungíveis por natureza.....	390
5.1.2.2.2.	Infungíveis por convenção.....	390
5.1.2.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	390
5.1.3.	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	391
5.1.3.1.	Bens consumíveis.....	391
5.1.3.2.	Bens consumíveis por equiparação.....	391
5.1.3.3.	Bens inconsumíveis.....	391
5.1.3.4.	Existem repercussões pragmáticas relevantes na distinção?.....	391
5.1.4.	Bens divisíveis e indivisíveis.....	392
5.1.4.1.	Bens divisíveis.....	392
5.1.4.2.	Bens indivisíveis.....	392
5.1.4.2.1.	Indivisíveis por natureza.....	392
5.1.4.2.2.	Indivisíveis por convenção.....	392
5.1.4.2.3.	Indivisíveis por determinação legal.....	392
5.1.4.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	392
5.1.5.	Bens singulares e coletivos.....	393
5.1.5.1.	Bens singulares.....	393
5.1.5.2.	Bens coletivos.....	393
5.1.6.	A questão dos bens corpóreos e incorpóreos.....	393
5.2.	Bem reciprocamente considerados: bens principais e acessórios.....	393
5.2.1.	Bens principais.....	393
5.2.2.	Bens acessórios.....	393
5.2.2.1.	Frutos e produtos.....	394
5.2.2.2.	Pertenças.....	394
5.2.2.3.	Benfeitorias: conceito e espécies.....	394
5.2.3.	Repercussões pragmáticas das distinções.....	395
5.3.	Bens quanto à titularidade do domínio.....	395
5.4.	Bens públicos.....	395

5.4.1.	Bens públicos de uso comum	395
5.4.2.	Bens públicos de uso especial	396
5.4.3.	Bens públicos dominicais	396
5.4.3.1.	Afetação e desafetação	396
5.4.3.2.	Alienação de bem público	396
5.4.3.3.	Usucapião de bem público	396
6.	Coisas fora do comércio.....	397
7.	Bem de família.....	397
7.1.	Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo	397
7.2.	Bem de família: dois perfis conceituais.....	397
7.2.1.	A proteção do imóvel do devedor sozinho.....	398
7.2.2.	Natureza jurídica do bem de família.....	398
7.3.	O bem de família convencional.....	398
7.3.1.	Extensão da proteção.....	398
7.3.2.	Exceções à regra da impenhorabilidade	399
7.3.3.	Legitimação para a instituição	399
7.3.4.	Duração.....	399
7.3.5.	A questão da solvência do instituidor.....	399
7.3.6.	A intervenção do Ministério Público.....	399
7.4.	O bem de família legal	399
7.4.1.	Noções conceituais e a questão do bem de menor valor.....	399
7.4.2.	Alargamento do objeto.....	400
7.4.3.	Característica do bem de família legal.....	400
7.4.4.	A questão dos bens de valor médio e imóvel único de elevado valor.....	400
7.4.5.	Exceções à regra da impenhorabilidade	401
7.4.6.	Compreensão ampla do núcleo familiar e a questão da residência efetiva.....	402
7.4.7.	Questões processuais.....	402
9.	FATOS JURÍDICOS.....	403
1.	Alguns conceitos fundamentais.....	403
1.1.	Fato jurídico	403
1.2.	Suporte fático	403
1.3.	Incidência	404
1.4.	Relação jurídica.....	404
1.5.	Norma jurídica: regras e princípios	404
1.5.1.	Estrutura das regras jurídicas	404
1.5.1.1.	Regras dispositivas e regras cogentes	405
1.5.2.	Estrutura dos princípios	406
1.5.2.1.	Os princípios como pontes entre o social e o jurídico	406
2.	Planos do mundo jurídico	407
2.1.	Compreendendo os três planos.....	407
2.1.1.	Plano da existência	407
2.1.2.	Plano da validade	407
2.1.3.	Plano da eficácia	408
2.2.	Todos os fatos jurídicos passam pelos três planos do mundo jurídico?.....	408
2.3.	Existência, validade e eficácia: exemplificando os três planos.....	408
3.	A eficácia é essencial ao conceito de fato jurídico?	409
4.	Distinguindo conceitos: eficácia e efetividade.....	409
5.	O direito só tem uma resposta correta para cada caso? Uma questão fascinante.....	410
6.	A crescente importância da interpretação em nossos dias.....	411
7.	Ainda há espaço, no século XXI, para as teorias gerais?.....	411
8.	Como classificar os fatos jurídicos lícitos? Entendendo cada uma das espécies.....	413
8.1.	Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>	413

8.2.	Ato-fato jurídico	413
8.2.1.	Teoria do risco: responsabilidade por ato lícito ou ilícito?	413
8.3.	Ato jurídico	414
8.3.1.	Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	414
8.3.2.	Negócio jurídico	415
10.	CLASSIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	416
1.	Negócio jurídico: um conceito relativamente recente.....	416
1.1.	Posição monista e dualista	416
2.	Retomando algumas distinções	417
2.1.	Teoria da vontade e teoria da declaração: uma velha polêmica e a opção do Código Civil	417
2.2.	Distinção civilística entre causa e motivo	417
2.2.1.	Divergências entre o querido e o declarado: reserva mental e declarações não sérias.....	418
3.	Classificação dos negócios jurídicos.....	419
3.1.	Unilaterais e plurilaterais	419
3.1.1.	Diferença entre parte e pessoa	419
3.1.2.	Negócios receptícios e não receptícios.....	419
3.2.	Solenes e não solenes (de forma livre).....	420
3.3.	Principais e acessórios	420
3.4.	Típicos e atípicos.....	420
3.5.	<i>Inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	420
3.6.	<i>Intuitu personae</i> e impessoais.....	420
3.7.	Gratuitos e onerosos	421
3.7.1.	Comutativos e aleatórios.....	421
3.7.1.1.	Bifrontes	421
3.8.	Simple e mistos (ou complexos).....	421
3.9.	Consensuais e reais.....	421
3.10.	A questão da aquisição originária ou derivada	421
3.11.	A questão dos negócios jurídicos processuais.....	422
4.	As regras do Código Civil sobre interpretação e um olhar sobre a jurisprudência	423
4.1.	A questão do silêncio: quem cala consente?	424
4.2.	Reserva mental: qual a relevância da vontade interna não manifestada?	424
4.3.	Princípio da conservação do negócio jurídico (<i>utile per inutile non vitiatur</i>): é possível aproveitar a parte válida do negócio jurídico? Regra e exceção	425
5.	Elementos dos negócios jurídicos	426
5.1.	Agente capaz	426
5.1.1.	O conceito de ilegitimidade no direito civil.....	427
5.2.	Objeto lícito e possível	427
5.3.	Objeto determinado ou determinável	428
5.4.	Forma prescrita ou não defesa em lei	428
5.4.1.	Escritura pública nos imóveis e possibilidade de tornar o instrumento público substancial em certos atos.....	428
6.	Representação	429
6.1.	Distinguindo: excesso na representação e abuso na representação	429
6.2.	A figura do negócio consigo mesmo	430
7.	Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo	431
7.1.	Condição	431
7.1.1.	Suspensivas e resolutivas.....	431
7.1.1.1.	Condição suspensiva	431
7.1.1.2.	Condição resolutiva	432
7.1.1.2.1.	Diferença essencial entre as hipóteses	432
7.1.2.	Lícitas e ilícitas	432
7.1.3.	Possíveis e impossíveis	432
7.1.3.1.	Impossíveis suspensivas e impossíveis resolutivas	432

7.1.4.	Abuso de direito no implemento das condições	432
7.1.4.1.	Implemento impedido pela parte desfavorecida	432
7.1.4.2.	Implemento forçado pela parte favorecida	433
7.1.5.	Titular de direito eventual	433
7.2.	Termo	433
7.3.	Encargo ou modo	433
11.	DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO.....	434
1.	Contextualização e características gerais.....	434
1.1.	A opção do legislador foi a melhor? Hipóteses e sanções.....	434
1.2.	Vícios de consentimento e vícios sociais.....	435
2.	Erro.....	436
2.1.	Espécies de erro substancial.....	437
2.1.1.	Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>)	437
2.1.2.	Erro sobre o objeto principal da declaração (<i>error in corpore ou error in substantia</i>)	437
2.1.3.	Erro sobre a natureza do negócio (<i>error in negotium</i>)	437
2.1.4.	A questão do erro de direito (<i>error juris</i>)	437
2.2.	Responsabilidade civil por interesse negativo	437
2.3.	Retomando alguns pontos.....	438
2.3.1.	O que se deve entender por erro substancial ou essencial.....	438
2.3.1.1.	Erro escusável.....	438
2.3.2.	Erro acidental causa a anulabilidade do negócio jurídico?	439
2.3.3.	A questão do erro sobre o motivo.....	439
2.4.	Diferenciando erro de ignorância.....	439
2.5.	Diferenciando erro de vício redibitório.....	439
2.6.	Diferenciando erro do vício do produto no CDC.....	440
2.7.	Erro e conservação do negócio jurídico.....	440
3.	Dolo	441
3.1.	Dolo substancial e acidental, positivo e negativo, <i>bonus</i> e <i>malus</i>	441
3.2.	A questão do dolo recíproco: quais os limites da “compensação” entre os dolos?.....	442
3.3.	Classificação do dolo quanto à pessoa que age dolosamente.....	442
3.3.1.	Dolo praticado por uma das partes	442
3.3.2.	Dolo praticado por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	442
3.3.3.	Dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	442
3.4.	Dolo do representante: situações diversas na representação legal e convencional.....	442
3.5.	O dolo como causa de danos indenizáveis.....	443
3.5.1.	A ausência do dever de informar.....	443
3.6.	Retomando alguns pontos.....	444
4.	Coação	444
4.1.	Classificação da coação quanto a pessoa que a exerce	445
4.1.1.	Quando a coação é exercida por uma das partes	445
4.1.2.	Quando a coação é exercida por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	446
4.1.3.	Quando a coação é exercida por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	446
4.2.	Solidariedade na responsabilidade civil: a ação do terceiro no dolo e na coação	446
4.3.	Retomando e sublinhando certos pontos.....	446
5.	Lesão.....	447
5.1.	O dolo de aproveitamento é exigível na lesão civil?.....	448
5.2.	Lesão e conservação dos contratos.....	449
6.	Estado de perigo	449
7.	Fraude contra credores.....	450
7.1.	Hipóteses legais	451
7.1.1.	Negócios de transmissão gratuita de bens	451

7.1.2.	Remissão de dívidas	451
7.1.3.	Contratos onerosos com presunção de fraude	451
7.1.4.	Pagamento antecipado de dívidas	451
7.1.5.	Concessão de garantias preferenciais	451
7.1.6.	Negócios ordinários necessários à manutenção do estabelecimento	452
7.2.	A ação pauliana	452
7.3.	Distinguindo a fraude contra credores da fraude à execução	452
7.3.1.	A fraude à execução e seus contornos	452
7.3.2.	Alienação de bem penhorado	453
8.	Prazos para arguir a anulabilidade	453
9.	Anulabilidade ou ineficácia? Distintas posições doutrinárias.....	454
12.	INVALIDIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	456
1.	Invalidade do negócio jurídico: o ontem e o hoje	456
2.	Inválido: gênero e espécies.....	457
2.1.	Nulo (nulidade)	457
2.2.	Anulável (anulabilidade)	457
3.	O inválido como fato jurídico.....	458
3.1.	A invalidade como sanção.....	458
4.	Distinções possíveis entre o nulo e o anulável.....	459
4.1.	A questão (problemática) da ordem pública <i>versus</i> interesses privados.....	459
4.1.1.	Críticas possíveis	459
4.1.1.1.	É possível traçar uma distinção clara entre público e privado?	459
4.1.1.2.	Interesse estatal e interesse público: interesses nem sempre iguais	459
4.1.1.3.	O interesse público deve sempre prevalecer sobre o particular?.....	460
4.2.	A possibilidade de conhecimento de ofício pelo juiz.....	460
4.2.1.	A possibilidade de conhecimento de ofício nas relações de consumo.....	460
4.3.	A possibilidade de confirmação (ratificação)	461
4.4.	A possibilidade de convalescência (sanabilidade do vício).....	461
4.4.1.	Prazos para alegar a anulabilidade	461
4.5.	Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da decisão judicial	461
4.6.	Quanto às pessoas que podem invocá-las	461
4.7.	Quanto à produção de efeitos.....	462
4.7.1.	A razoabilidade e o negócio jurídico nulo	462
4.7.2.	Nulo: ordem pública; anulável: ordem privada: será mesmo?	462
5.	O sistema de nulidades do CDC.....	462
6.	Outras classificações possíveis.....	463
6.1.	Nulidade total e nulidade parcial.....	463
6.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	463
6.3.	Nulidade textual e nulidade virtual	463
7.	Conversão do negócio jurídico.....	463
8.	Simulação	464
8.1.	Simulação absoluta e relativa	465
8.2.	Negócio simulado e negócio dissimulado	465
8.2.1.	Conceito e pressupostos da extraversão	466
13.	ILÍCITOS CIVIS	467
1.	Contextualização inicial e algumas precisões conceituais.....	467
2.	Podemos dizer que o ilícito é um fato jurídico?	468
3.	Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?	469
3.1.	Uma categoria com eficácia única?	469
3.2.	Críticas à concepção da eficácia única	470
3.3.	Convivendo com as outras eficácias	471

3.3.1. Ilícito indenizante	471
3.3.2. Ilícito caducificante	472
3.3.3. Ilícito autorizante	473
3.3.4. Ilícito invalidante	474
4. Cabe superar a distinção entre ilícitos absolutos e relativos?	474
4.1. Em direção à outra distinção: ilícitos patrimoniais e ilícitos extrapatrimoniais	475
5. O abuso de direito ou ilícito funcional	475
5.1. O ilícito funcional como uma cláusula geral	477
14. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	479
1. Contextualizando: o efeito do tempo sobre o direito	479
2. Fundamento e natureza jurídica da prescrição e da decadência	479
3. Prescrição e decadência: suportes fáticos parecidos, eficácias diferentes	480
4. Entendendo a prescrição	480
4.1. A opção – equivocada – do Código Civil de 1916	481
4.2. A opção – correta – do Código Civil de 2002	481
5. Direitos prestacionais e direitos potestativos: uma distinção relevante	482
6. A prescrição extingue a pretensão? A prescrição como exceção	483
7. Outras questões relevantes	483
7.1. A questão das causas suspensivas e impeditivas	484
7.1.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria <i>contra non valentem</i>	484
7.2. A questão da natureza jurídica da prescrição: ordem pública ou interesse privado?	485
7.3. A questão da interrupção da prescrição	485
7.4. A questão da alegabilidade da prescrição	486
7.5. A questão da exceção	486
7.6. A questão da prescrição intercorrente	486
7.7. Prescrição da pretensão civil quando houver ação penal em curso	487
7.8. Esclarecendo alguns pontos	488
7.8.1. Quem está sujeito à prescrição?	488
7.8.2. Quais direitos estão sujeitos à prescrição?	488
7.9. Prescrição e pandemia	488
8. Prazos prescricionais	488
8.1. No Código Civil	488
8.1.1. Conhecendo os prazos legais	489
8.2. No CDC	489
8.3. A teoria da <i>actio nata</i>	490
8.3.1. Os rumos atuais (e jurisprudenciais) da teoria da <i>actio nata</i>	490
8.4. O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais	491
8.5. A questão das pretensões imprescritíveis	492
9. Entendendo a decadência	492
9.1. A opção do Código Civil	493
9.2. As espécies de decadência	494
9.3. A questão da alegabilidade da decadência	494
9.4. Compreendendo as distinções entre prescrição e decadência	494
9.5. Quadros comparativos	495
10. Alguns prazos de prescrição e decadência	496
15. PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS	497
1. Prova: matéria referente ao direito material ou processual?	497
1.1. O que são normas heterotópicas? Há relevância pragmática no sistema brasileiro?	498
2. O que pode ser objeto da prova?	498
2.1. O direito à prova no novo processo civil: uma dimensão substancial do contraditório	499
3. A disciplina do Código Civil: trata-se de rol exaustivo?	500

3.1.	Confissão	501
3.2.	Documento	502
3.2.1.	A fuga do papel.....	503
3.2.2.	O documento eletrônico no CPC/2015	503
3.3.	Testemunhas.....	504
3.3.1.	A questão da prova “exclusivamente testemunhal”	505
3.4.	Presunção: o que realmente pode ser entendido como tal?	505
3.4.1.	Presunções legais: relativa e absoluta	506
3.4.1.1.	As chamadas presunções absolutas (juris et de jure) são presunções?	506
3.4.2.	A questão da recusa de se submeter a exame médico.....	507
3.5.	Perícia.....	507
4.	Tendências que se fortalecem	508
4.1.	Inversões do ônus da prova: perfil e momento para inversão	508
4.2.	A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	509
4.3.	Negócios jurídicos sobre o ônus da prova	509
4.4.	Presunções de nexo causal	510
4.5.	Interpretação dos negócios jurídicos e a Lei da Liberdade Econômica	511

OBRIGAÇÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	517
---	-----

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	520
1. Noções gerais.....	520
1.1. Conceito de obrigações.....	520
1.2. Características essenciais	521
1.3. Evolução histórica.....	522
1.4. Introdução ao estudo das garantias.....	524
1.5. Posição no direito civil	524
1.6. O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor	525
1.6.1. O empresário e a <i>Lei da Liberdade Econômica</i> (Lei n. 13.874/19).....	525
2. Elementos constitutivos das obrigações	525
2.1. Generalidades	525
2.2. Elemento subjetivo (o credor e o devedor).....	526
2.3. Elemento objetivo (a prestação).....	526
2.4. Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	527
2.4.1. O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	527
2.4.2. Consequências do não cumprimento espontâneo.....	527
2.4.3. A execução da obrigação através do Poder Judiciário	528
2.4.4. O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	528
3. Principais distinções	529
3.1. Direitos reais	529
3.1.1. Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais	530
3.1.2. Situações híbridas	531
3.1.3. Obrigações <i>propter rem</i>	531
3.2. Direitos da personalidade	532
3.3. Obrigação, dever, sujeição e ônus.....	532
4. Fontes das obrigações	533
4.1. Introdução	533
4.2. Tripartição das obrigações segundo as suas funções	534
4.2.1. Negócio jurídico	534
4.2.2. Responsabilidade civil	534

4.2.3. Enriquecimento sem causa.....	535
4.3. A boa-fé objetiva como fonte das obrigações.....	536
5. Os paradigmas do código civil no direito das obrigações.....	536
5.1. As obrigações e o Código Civil de 2002.....	536
5.2. Princípio da socialidade.....	536
5.3. Princípio da eticidade.....	537
5.4. Princípio da operabilidade.....	537
6. A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”).....	537
6.1. Introdução.....	537
6.2. Os deveres de conduta.....	538
6.2.1. Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	538
6.2.2. Funções dos deveres de conduta.....	539
6.2.3. Os deveres de conduta e a tutela de terceiros.....	540
6.2.4. O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	540
6.2.5. O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	540
6.3. A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional.....	541
2. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES I – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO.....	542
1. Introdução.....	542
2. Classificação quanto ao objeto.....	542
2.1. Obrigação de dar e de restituir.....	542
2.1.1. A obrigação de dar como processo.....	543
2.1.2. Obrigação de dar coisa certa.....	543
2.1.2.1. A impossibilidade nas obrigações de dar.....	544
2.1.2.2. A teoria dos riscos.....	545
2.1.3. Obrigação de dar coisa incerta.....	550
2.1.3.1. Generalidades.....	550
2.1.3.2. O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	550
2.1.4. A desmaterialização das obrigações de dar.....	551
2.1.5. Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta.....	551
2.2. Obrigação de fazer.....	553
2.2.1. Generalidades.....	553
2.2.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer (e as dificuldades resultantes da pandemia).....	554
2.3. Obrigação de não fazer.....	556
2.3.1. Generalidades.....	556
2.3.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer.....	557
2.4. Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer.....	558
2.4.1. O Cumprimento da Sentença.....	559
2.4.2. A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	560
3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES II – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS.....	561
1. Obrigações alternativas.....	561
1.1. Noções preliminares.....	561
1.2. Concentração.....	562
1.3. A obrigação alternativa como processo.....	563
1.4. Impossibilidade das prestações.....	563
2. Obrigações facultativas.....	565
3. Obrigações cumulativas.....	566
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	566
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	567
5.1. Introdução.....	567
5.2. Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	568

5.3.	A indivisibilidade e as modalidades de obrigações.....	569
5.4.	Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	569
6.	Obrigações solidárias.....	570
6.1.	Noções gerais.....	570
6.2.	Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	572
6.3.	Solidariedade ativa.....	573
6.3.1.	Noções Gerais.....	573
6.3.2.	A Solidariedade Ativa e a Coisa Julgada	574
6.4.	Solidariedade passiva	574
6.4.1.	Noções gerais	574
6.4.2.	Remissão e renúncia à solidariedade	576
4.	MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES III – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À EXIGIBILIDADE E AO CONTEÚDO.....	577
1.	Classificação quanto à exigibilidade.....	577
1.1.	Obrigações civis e obrigações naturais.....	577
1.2.	Regime das obrigações naturais.....	577
1.3.	Espécies de obrigações naturais.....	578
1.3.1.	Obrigações de trato social.....	578
1.3.2.	Obrigações fundadas em imperativos morais	579
2.	Classificação quanto ao conteúdo	579
2.1.	Obrigações de meio e de resultado	579
2.2.	Obrigações de garantia	579
5.	DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	581
1.	Introdução.....	581
1.1.	Vicissitudes da obrigação	581
1.2.	O crédito como objeto do tráfego jurídico	581
2.	Cessão de crédito.....	582
2.1.	Noções gerais.....	582
2.2.	Regime jurídico	582
2.3.	Efeitos da cessão de crédito	585
2.4.	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos	587
3.	Assunção de dívida	587
3.1.	Conceito e noções gerais	587
3.2.	Modalidades de assunção de dívida	588
3.3.	Requisitos da assunção de dívida.....	589
3.4.	Efeitos da assunção de dívida.....	590
3.5.	Distinções com modelos jurídicos afins.....	590
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	591
4.1.	Noções gerais.....	591
4.2.	Requisitos.....	593
4.3.	Efeitos.....	594
4.4.	Distinções com outros modelos jurídicos.....	594
5.	Outras formas de transmissão das obrigações	595
5.1.	Linhas gerais.....	595
5.2.	Usufruto de créditos.....	595
5.3.	Penhor de créditos.....	595
5.4.	Cessão da garantia sobre o crédito	596
5.5.	Endosso.....	597
6.	DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES I.....	598
1.	Introdução	598
1.1.	Premissas metodológicas.....	598

1.2. O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor	599
1.3. Natureza jurídica do adimplemento	599
1.4. O pagamento é somente um dever, ou também é um direito do credor?.....	600
1.5. Princípios norteadores do adimplemento.....	600
1.5.1. Princípio da pontualidade	600
1.5.2. Princípio da boa-fé objetiva.....	601
2. Requisitos subjetivos do pagamento.....	601
2.1. Quem paga – o <i>solvens</i>	601
2.1.1. Noções gerais.....	601
2.1.2. O terceiro interessado	602
2.1.3. O terceiro não interessado.....	603
2.2. Quem recebe – o <i>accipiens</i>	604
3. Requisitos objetivos do pagamento.....	606
3.1. Do objeto do pagamento	606
3.1.1. O art. 317 do CC: aspectos atuais	607
3.2. Da prova do pagamento	608
3.3. Local do pagamento.....	609
3.4. Tempo do pagamento	610
7. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES II – MODALIDADES ESPECIAIS DE PAGAMENTO	614
1. Introdução.....	614
2. Pagamento em consignação.....	614
2.1. Fundamentos da consignação.....	614
2.2. Modalidades de depósito.....	615
2.3. Hipóteses de admissão da consignação	615
2.4. Pressupostos da consignação.....	617
2.5. Questões polêmicas do depósito.....	618
3. Pagamento com sub-rogação	619
3.1. Noções introdutórias.....	619
3.2. Espécies de sub-rogação	619
3.3. Eficácia da sub-rogação.....	621
4. Imputação do pagamento	621
4.1. Considerações introdutórias.....	621
4.2. Elementos da imputação do pagamento.....	622
5. Dação em pagamento	623
5.1. Noções gerais.....	623
5.2. Requisitos.....	623
5.3. Aspectos relevantes.....	624
6. Novação	624
6.1. Noções gerais	624
6.2. Pressupostos da novação.....	625
6.3. Modalidades	626
6.4. Efeitos.....	627
7. Compensação.....	628
7.1. Noções gerais.....	628
7.2. Espécies.....	629
7.3. Limites à compensação.....	630
8. Confusão.....	631
8.1. Noções gerais.....	631
8.2. Requisitos.....	632
8.3. Efeitos.....	632
9. Remissão.....	633

9.1. Linhas gerais.....	633
9.2. Características	633
9.3. Efeitos.....	633
8. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES I	635
1. O inadimplemento como gênero e as obrigações complexas	635
2. Espécies de inadimplemento.....	636
2.1. Inadimplemento absoluto.....	636
2.1.1. Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação	636
2.1.2. Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	637
2.1.3. O caso fortuito e a força maior	638
2.1.3.1. A pandemia e a questão da força maior.....	638
2.1.3.2. A frustração do fim do contrato.....	640
2.1.4. A resolução da obrigação pelo inadimplemento	641
2.1.5. Inadimplemento mínimo	642
2.2. Mora.....	643
2.2.1. Mora do devedor	643
2.2.2. Mora do credor	646
2.2.3. Constituição em mora	646
2.2.4. Purgação da mora	648
2.3. Violação positiva do contrato.....	649
9. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES II – CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	651
1. Perdas e danos	651
1.1. Noções gerais.....	651
2. Dano patrimonial.....	652
2.1. O dano emergente e o lucro cessante.....	652
2.2. Dano moral negocial	653
3. Juros.....	654
3.1. Noções introdutórias.....	654
3.2. Os juros moratórios no Código Civil	655
3.3. Os juros compensatórios no Código Civil	657
3.4. Os juros e as instituições financeiras	657
3.5. A capitalização dos juros.....	658
4. Cláusula penal.....	659
4.1. Noções introdutórias	659
4.2. Natureza jurídica da cláusula penal.....	660
4.3. Modalidades de cláusula penal.....	660
4.4. O balanceamento da cláusula penal	661
5. Arras	663
5.1. Noções introdutórias.....	663
5.2. Arras confirmatórias.....	663
5.3. Arras penitenciais.....	664

RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	667
1.1. A responsabilidade civil de nossos dias: um edifício em construção.....	667
1.2. Responsabilidade civil: fundamento e crescente objetivação	668
1.3. Dano: um conceito geográfica e temporalmente variável	669
2. Princípios da responsabilidade civil.....	670

2.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana	670
2.2.	Princípio da solidariedade social	670
2.3.	Princípio da prevenção	671
2.4.	Princípio da reparação integral	671
3.	As funções da responsabilidade civil	673
3.1.	A multifuncionalidade da responsabilidade civil	673
3.1.1.	Função reparatória	673
3.1.2.	Função punitiva	674
3.1.3.	Função precaucional	675
3.2.	A prevenção como cerne da responsabilidade civil atual	676
4.	Modalidades de responsabilidade civil	677
4.1.	A responsabilidade pela confiança: superação da clássica dicotomia	677
4.2.	Responsabilidade pela violação positiva do contrato	678
4.3.	Violação de deveres anexos	678
4.4.	Responsabilidade pré-negocial: deveres anexos desvinculados da obrigação	679
4.5.	Responsabilidade pós-negocial: deveres anexos transcendem a obrigação	679
4.6.	Responsabilidade transubjetiva e os deveres anexos	680
4.7.	O terceiro ofendido e a relação obrigacional	680
4.8.	O terceiro ofensor e a relação obrigacional	680
5.	Teoria subjetiva: pressupostos	681
5.1.	Ilícito civil	681
5.1.1.	A caracterização do ilícito como fato jurídico	681
5.1.2.	Apenas do ilícito advém a responsabilidade civil?	682
5.1.3.	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito	682
5.1.4.	Excludentes de ilicitude civil	683
5.1.4.1.	Estado de necessidade (art. 188, II; arts. 929 e 930)	684
5.1.4.1.1.	Estado de necessidade sem culpa pelo perigo	684
5.1.4.1.2.	Estado de necessidade com culpa pelo perigo	684
5.1.4.2.	Legítima defesa (art. 188, I; art. 930, parágrafo único)	685
5.1.4.2.1.	A questão da proporcionalidade na reação	685
5.1.4.2.2.	Legítima defesa que causa danos em terceiros	686
5.1.4.2.2.1.	Legítima defesa de terceiro	686
5.1.4.2.3.	Legítima defesa putativa	687
5.1.4.3.	Exercício regular de direito (art. 188, I)	687
5.1.4.4.	Estrito cumprimento de dever legal	688
5.1.4.5.	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea	688
5.1.5.	O abuso de direito como ato ilícito	689
5.1.5.1.	Exige-se dano ou culpa para a aferição do abuso de direito?	689
5.1.5.2.	O abuso de direito como cláusula geral	690
5.2.	A culpa	691
5.2.1.	A culpa e a responsabilidade civil	691
5.2.2.	A evolução do significado de culpa civil	691
5.2.3.	A culpa presumida	691
5.2.4.	A graduação da culpa	692
5.2.5.	O ilícito e a culpa	693
5.2.6.	A mitigação da reparação por equidade	693
5.2.7.	O renascimento da culpa	695
5.3.	O dano	696
5.3.1.	O dano como elemento essencial da responsabilidade civil	696
5.3.2.	O conceito de dano	696
5.3.3.	A travessia do ato ilícito ao dano injusto	696
5.3.4.	A medida dos danos	697
5.3.5.	O dano patrimonial	697

5.3.5.1.	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	697
5.3.5.1.1.	Os danos emergentes (dano positivo)	697
5.3.5.1.2.	Os lucros cessantes (dano negativo).....	698
5.3.5.1.3.	A perda da chance.....	698
5.3.5.1.3.1.	Perda da chance de obtenção de futura vantagem.....	698
5.3.5.1.3.2.	Perda da chance de se evitar um prejuízo.....	699
5.3.5.2.	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial	699
5.3.5.2.1.	Dano reflexo ou em ricochete.....	699
5.3.5.2.2.	Danos certos ou incertos.....	699
5.3.5.2.3.	Danos presentes e futuros	700
5.3.6.	O dano moral (extrapatrimonial)	700
5.3.6.1.	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação.....	701
5.3.6.2.	Em busca de um conceito: o que é dano moral?	702
5.3.6.3.	Dano moral ou dano extrapatrimonial?	703
5.3.6.4.	Dano moral – compensação ou indenização?	703
5.3.6.5.	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória	704
5.3.6.6.	A desmonetização da reparação pelo dano moral.....	704
5.3.6.7.	O dano moral por inadimplemento obrigacional	704
5.3.6.8.	A titularidade do direito à reparação	705
5.3.6.8.1.	Os lesados diretos	705
5.3.6.8.1.1.	Os lesados diretos desprovidos de discernimento	705
5.3.6.8.1.2.	Os nascituros como lesados diretos	705
5.3.6.8.2.	Os lesados indiretos	706
5.3.6.9.	A condenação em valor inferior ao postulado nos danos morais	706
5.3.6.10.	A pessoa jurídica como legitimada ativa.....	706
5.3.6.10.1.	A empresa e o dano moral	706
5.3.6.10.2.	O dano institucional como terceira via.....	707
5.3.6.11.	O dano moral coletivo	707
5.3.6.11.1.	O dano moral coletivo como uma pena civil	709
5.3.6.12.	Valorizando e quantificando o dano moral: terreno de armadilhas e perplexidades.....	709
5.3.6.12.1.	Buscando alguma objetivação de sentido: o critério bifásico	710
5.3.6.12.2.	Outras questões relativas à quantificação	711
5.3.6.13.	A pena civil: um brevíssimo contexto.....	712
5.3.7.	O dano estético.....	713
5.4.	O nexo causal	714
5.4.1.	O nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil	714
5.4.1.1.	A concausalidade	715
5.4.2.	Teorias do nexo causal.....	715
5.4.2.1.	Teoria da equivalência dos antecedentes causais	716
5.4.2.2.	Teoria da causalidade adequada	716
5.4.2.3.	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessidade.....	716
5.4.2.4.	Reconhecendo uma realidade: impera na prática uma imensa confusão conceitual	717
5.4.3.	As excludentes da responsabilidade civil.....	718
5.4.3.1.	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	718
5.4.3.2.	O fato exclusivo da vítima	721
5.4.3.3.	O fato concorrente e a redução de danos.....	721
5.4.3.4.	O fato de terceiro.....	722
5.4.3.5.	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva).....	723
5.4.3.6.	Causalidade virtual	724
5.4.3.7.	A questão atual dos múltiplos nexos de imputação	724
6.	Teoria objetiva.....	725

6.1.	Teoria objetiva: contexto, bases conceituais e surgimento.....	725
6.2.	Teoria do risco criado: opção brasileira?	727
6.3.	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar	728
6.4.	A repartição de riscos: o risco concorrente	729
6.5.	Distinção importante: risco integral e risco agravado.....	729
6.6.	O risco de empresa ou do empreendimento.....	732
6.7.	A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	732
6.8.	As chamadas responsabilidades objetivas pura e a impura.....	733
6.9.	A securitização da responsabilidade civil: do individual ao social	733
7.	Responsabilidade civil pelo fato de outrem.....	734
7.1.	Introdução: um tema teoricamente rico e difícil	734
7.2.	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores	735
7.2.1.	Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?	736
7.3.	Danos causados por filhos maiores.....	737
7.4.	A responsabilidade civil dos incapazes.....	739
7.5.	Responsabilidade dos tutores e curadores.....	740
7.6.	Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados.....	742
7.6.1.	O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	743
7.6.2.	Outras questões relevantes.....	744
7.6.3.	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	745
7.7.	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais	745
7.7.1.	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviços.....	745
7.7.2.	Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	746
7.7.3.	A polêmica questão do direito de regresso.....	747
7.8.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	748
7.8.1.	Contextualização normativa e situações possíveis.....	748
7.8.1.1.	Danos causados a hóspedes.....	748
7.8.1.2.	Danos causados a empregados do hotel.....	749
7.8.1.3.	Danos causados a terceiros.....	749
7.9.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	749
8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	750
8.1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	750
8.2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	751
8.2.1.	Danos causados por animais nas rodovias.....	753
8.3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937)	753
8.4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938)	754
8.4.1.	A queda anônima	754
8.4.2.	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	755
8.5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	756
8.5.1.	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos	756
8.5.2.	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	757
8.5.3.	Outras situações possíveis	758
8.5.3.1.	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial	759
8.5.3.2.	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado	759
8.5.3.3.	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	760

CONTRATOS

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	763
---	-----

**PARTE I
DOS CONTRATOS EM GERAL**

1. INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	765
1. O contrato e a Constituição Federal	765
1.1. A materialização dos contratos	765
1.2. A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	766
1.2.1. A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual.....	766
1.2.2. A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência.....	766
1.2.3. A pluralidade de dimensões funcionais do contrato.....	766
2. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	767
2.1. A evolução e o conceito do contrato	767
2.2. Localização do contrato no direito civil.....	768
2.3. O tempo do contrato – direito intertemporal.....	769
2. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	771
1. A formação dos contratos paritários.....	771
1.1. Noções iniciais.....	771
1.2. Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	772
1.2.1. Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual	772
1.2.2. Proposta e aceitação	773
1.2.2.1. Força vinculante da proposta.....	774
1.2.2.2. Circunstâncias do caso	774
1.2.3. Aceitação.....	775
1.2.3.1. A aceitação pelo silêncio	776
1.3. Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	776
2. A formação dos contratos massificados	777
2.1. Oferta nos contratos civis de adesão.....	777
2.2. Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	777
2.3. Formação do contrato eletrônico.....	778
3. Contrato preliminar	779
3.1. Noções gerais.....	779
3.2. Regime jurídico	780
3.2.1. Execução e cláusula de arrependimento.....	780
3.2.2. Contrato preliminar unilateral.....	781
3.3. A promessa de doação.....	781
3.4. A eficácia real do contrato preliminar	782
3.5. O contrato preliminar impróprio	782
3. A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL	784
1. Noções iniciais.....	784
2. O princípio da autonomia privada.....	784
2.1. Da autonomia da vontade à autonomia privada.....	784
2.2. A autonomia contratual e a autonomia existencial	785
2.3. A nova força obrigatória dos contratos.....	786
2.3.1. O papel da lei.....	786
2.3.2. O papel do juiz.....	787
3. O princípio da boa-fé objetiva.....	787
3.1. A boa-fé – histórico	787
3.2. Noções preliminares.....	787
3.3. A boa-fé como modelo no Código Civil	788
3.4. Os deveres de conduta.....	789

3.4.1.	A função integrativa da boa-fé	789
3.4.2.	A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	789
3.4.3.	As funções dos deveres de conduta.....	790
3.4.4.	Violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	791
3.5.	A boa-fé e o abuso do direito	791
3.5.1.	Limites internos ao exercício de direitos subjetivos	792
3.5.2.	Categorias de exercícios abusivos do direito	792
3.5.2.1.	Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial	792
3.5.2.2.	Desleal não exercício de direitos: <i>venire contra factum proprium; supressio e surrectio</i>	793
3.5.2.3.	Desleal constituição de direitos – tu quoque.....	794
3.5.2.4.	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – <i>Duty to mitigate the own loss</i>	794
3.6.	A boa-fé objetiva no CPC/15.....	795
3.7.	A boa-fé objetiva e a pandemia.....	795
4.	A função social do contrato.....	796
4.1.	A funcionalização do negócio jurídico.....	796
4.2.	A função social do contrato como causa do negócio jurídico	797
4.3.	A função social interna do contrato	797
4.4.	A função social externa do contrato	798
4.4.1.	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais	798
4.4.2.	O terceiro ofendido.....	799
4.4.3.	O terceiro ofensor	800
5.	Justiça contratual.....	801
5.1.	Noções gerais.....	801
5.2.	O equilíbrio contratual	802
5.2.1.	A lesão.....	802
5.2.2.	Da alteração das circunstâncias.....	803
5.2.3.	A cláusula de <i>hardship</i>	805
4.	CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	806
1.	Classificação estrutural dos contratos.....	806
1.1.	Categorias contratuais.....	806
1.2.	Classificações tradicionais.....	806
1.2.1.	Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais	806
1.2.2.	Contratos onerosos e gratuitos.....	807
1.2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	808
1.2.3.1.	Noções gerais.....	808
1.2.3.2.	A alienação aleatória	808
1.2.4.	Contratos consensuais e reais.....	809
1.2.5.	Contratos solenes e não solenes	810
1.2.6.	Contratos instantâneos e contratos de duração.....	810
1.2.7.	Contratos principais e acessórios.....	811
1.2.8.	Contratos <i>intuitu personae</i> e impessoais	811
2.	Classificação funcional dos contratos	811
2.1.	Classificações do contrato contemporâneo.....	811
2.2.	O contrato de consumo.....	812
2.2.1.	Os três sujeitos contratuais	812
2.2.2.	Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes	812
2.2.3.	Contratos empresariais	812
2.3.	O contrato de adesão.....	813
2.4.	As cláusulas contratuais gerais	814
2.4.1.	Noções gerais	814
2.4.2.	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	815
2.5.	O contrato-tipo	816

2.6. Contratos coletivos e acordos normativos.....	816
2.7. Contratos coativos e necessários.....	816
2.8. O contrato relacional.....	817
2.9. O contrato eletrônico.....	818
2.10. Contratos cativos de longa duração.....	819
2.11. Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	819
2.11.1. A Lei nº 11.382/06 – do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	820
3. Qualificação dos contratos.....	821
3.1. Qualificação e classificação dos contratos.....	821
3.2. Contratos típicos e atípicos.....	821
3.3. Contratos mistos e coligados.....	822
3.4. As redes contratuais.....	823
5. DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO.....	825
1. Introdução.....	825
2. Os elementos estruturais do negócio jurídico.....	825
3. A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	826
3.1. A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	826
3.2. O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos.....	827
3.3. Interpretação dos negócios gratuitos.....	827
3.4. Interpretação da declaração tácita de vontade.....	828
6. RELATIVIDADE DOS CONTRATOS.....	829
1. Estipulação em favor de terceiro.....	829
1.1. Noções gerais.....	829
1.2. Regime jurídico.....	830
1.3. O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	830
2. Promessa de fato de terceiro.....	831
3. Contrato com pessoa a declarar.....	831
3.1. Noções gerais.....	831
3.2. Regime jurídico.....	832
7. EFEITOS DOS CONTRATOS.....	834
1. Vícios redibitórios.....	834
1.1. Noções conceituais.....	834
1.2. Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	835
1.3. Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	835
1.4. As ações edilícias.....	836
1.4.1. Prazos decadenciais.....	837
1.5. Os vícios redibitórios no CDC.....	838
2. Evicção.....	839
2.1. Noções conceituais.....	839
2.2. Fundamentação jurídica da garantia.....	840
2.3. Elementos da evicção.....	840
2.3.1. Privação do direito do adquirente.....	840
2.3.2. Preexistência do direito do terceiro.....	841
2.3.3. Privação judicial ou extrajudicial.....	842
2.4. Extensão da garantia.....	842
2.5. A denúncia da lide.....	844
8. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	845
1. Noções gerais.....	845
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	845

2.1. Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	845
2.2. Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa.....	846
3. Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	846
4. Extinção pela ineficácia	847
4.1. A cláusula resolutiva expressa	847
4.2. A cláusula de arrependimento	849
4.3. Resilição	849
4.3.1. Distrato ou resilição bilateral.....	849
4.3.2. Resilição unilateral	850
4.4. Rescisão.....	851
4.5. Resolução.....	852
4.5.1. Natureza da resolução	852
4.5.2. A impossibilidade superveniente da prestação	853
4.5.3. A extinção dos interesses objetivos do credor.....	854
4.5.3.1. Inexecução voluntária	855
4.5.3.2. Inexecução involuntária	855
4.5.4. A violação positiva do contrato.....	855
4.5.5. O adimplemento substancial	855
4.5.6. O inadimplemento antecipado.....	856
4.5.7. O cumprimento dos deveres anexos pelo credor	857
4.6. A resolução por alteração superveniente das circunstâncias.....	857
4.7. A resolução pela frustração do fim do contrato.....	860
4.8. Extinção por morte de um dos contratantes	860
5. A exceção de contrato não cumprido.....	860
5.1. Noções gerais.....	860
5.2. O risco de descumprimento	862

PARTE II DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

1. CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	865
1. Noções conceituais e natureza obrigacional.....	865
2. Classificação do contrato de compra e venda	866
3. Elementos essenciais da compra e venda.....	866
3.1. Generalidades	866
3.2. Consentimento.....	866
3.3. Preço.....	870
3.4. Coisa (objeto da compra e venda)	872
4. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	872
4.1. Contextualização	872
4.2. Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção	873
4.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida	873
4.4. Responsabilidade pelas despesas	874
5. Situações especiais de compra e venda.....	874
5.1. Noções gerais.....	874
5.2. Venda por amostras	874
5.3. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	875
6. Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda.....	877
6.1. Generalidades	877
6.2. Retrovenda	877

6.3. Venda a contento e venda sujeita à prova.....	878
6.4. Preempção ou preferência convencional.....	879
6.5. Reserva de domínio	881
6.6. Venda sobre documentos	882
2. CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA.....	884
1. Noções conceituais e elementos caracterizadores	884
2. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	885
3. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo).....	885
4. Aplicação das regras da compra e venda.....	885
5. Permuta de bens públicos	886
3. CONTRATO ESTIMATÓRIO OU CONSIGNATÓRIO.....	887
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação	887
2. Elementos caracterizadores.....	887
3. Classificação	888
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa?.....	888
5. Inversão da teoria dos riscos	889
6. O desfazimento do contrato estimatório e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé.....	889
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	889
4. CONTRATO DE DOAÇÃO	891
1. Generalidades sobre a doação.....	891
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	891
3. Classificação do contrato de doação	892
4. A promessa de doação	893
5. Elementos componentes do contrato de doação	893
5.1. O sujeito	893
5.2. O objeto.....	894
5.3. Mútuo consentimento	894
5.4. Forma.....	895
6. Vedações legais à doação	895
6.1. Noções gerais.....	895
6.2. Proibição de doação universal.....	895
6.3. Proibição de doação inoficiosa.....	895
6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	896
6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente	896
7. Situações especiais de doação.....	896
7.1. Generalidades	896
7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	896
7.3. Doação remuneratória	898
7.4. Doação mista	898
7.5. Doação contemplativa ou meritória.....	898
7.6. Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	898
7.7. Doação de ascendente para descendente.....	898
7.8. Doação para entidade futura	899
7.9. Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i>)	899
8. Doação de bens públicos.....	899
9. Revogação da doação.....	900
9.1. A extinção da doação.....	900
9.2. A revogação da doação	900

9.3. Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	901
9.4. Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	901
9.5. Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	902
5. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO.....	904
1. Noções conceituais sobre empréstimo como uma figura contratual	904
2. O comodato.....	904
2.1. Noções conceituais	904
2.2. Elementos caracterizadores do comodato.....	905
2.3. Prazo do empréstimo	906
2.4. Classificação do comodato.....	907
2.5. Promessa de comodato (<i>pactum de commodando</i>).....	907
2.6. Obrigações do comodatário.....	907
2.7. Obrigações do comodante.....	908
2.8. Comodato de bem público.....	908
2.9. Teoria dos riscos no contrato de comodato	908
2.10. Extinção do comodato.....	909
3. O mútuo	909
3.1. Noções conceituais	909
3.2. Elementos caracterizadores do mútuo.....	909
3.3. Capacidade das partes envolvidas	910
3.4. Classificação do mútuo.....	910
3.5. Prazo do contrato de mútuo.....	910
3.6. Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício)	911
3.7. Extinção.....	912
6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	913
1. Noções conceituais da prestação de serviços e suas características.....	913
2. Classificação do contrato de prestação de serviços	914
3. Objeto da prestação de serviços	914
4. Remuneração do prestador de serviços.....	915
4.1. Generalidades	915
4.2. Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	916
4.3. Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	916
5. Prazo de duração da prestação de serviços	916
6. Aliciamento do prestador de serviços.....	917
7. Obrigações recíprocas na prestação de serviços.....	918
8. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação.....	918
7. CONTRATO DE EMPREITADA	920
1. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes.....	920
1.1. Conceito.....	920
1.2. O objeto da empreitada	921
1.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista.....	921
2. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro	921
3. Espécies de empreitada	922
3.1. Generalidades	922
3.2. Empreitada de labor ou de mão de obra.....	922
3.3. Empreitada de materiais ou mista.....	923
3.4. Empreitada por administração	923
3.5. <i>Engineering</i>	923
4. O preço da empreitada	923

4.1. Noções gerais sobre o preço.....	923
4.2. Espécies de empreitada em relação ao preço.....	924
5. O recebimento da obra.....	924
6. Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro.....	925
6.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário.....	925
6.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista.....	926
6.3. Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído).....	926
7. Proteção do direito autoral ao projeto de construção.....	927
8. Suspensão do contrato de empreitada.....	927
9. Extinção do contrato de empreitada.....	928
8. CONTRATO DE DEPÓSITO.....	930
1. Noções conceituais e características fundamentais.....	930
2. Classificação do contrato de depósito.....	931
3. Objeto do depósito.....	932
4. Espécies de depósito.....	933
5. Aplicação da teoria dos riscos.....	934
6. Obrigações das partes.....	934
6.1. Obrigações do depositante.....	934
6.2. Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	934
7. A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil).....	935
9. CONTRATO DE MANDATO.....	937
1. Noções conceituais e características fundamentais.....	937
2. Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração.....	937
3. Classificação do contrato de mandato.....	938
4. Objeto do contrato de mandato.....	940
5. Sujeitos do contrato de mandato.....	940
5.1. Generalidades.....	940
5.2. Mandato conjunto ou simultâneo.....	940
5.3. Responsabilidade solidária no mandato.....	941
6. O substabelecimento.....	941
7. Atuação das partes (mandante e mandatário).....	942
7.1. Obrigações do mandante.....	942
7.2. Obrigações do mandatário.....	942
7.3. O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário.....	943
8. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente).....	943
9. Espécies de mandato.....	944
10. Irrevogabilidade do mandato.....	944
11. Mandato em causa própria.....	945
12. Extinção do contrato de mandato.....	945
10. CONTRATO DE CORRETAGEM.....	947
1. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas.....	947
2. Classificação.....	948
3. Espécies de corretagem.....	949
4. A remuneração do corretor.....	950
5. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?.....	952
6. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem.....	952

11. CONTRATO DE LOCAÇÃO	954
1. Campo de incidência do Código Civil.....	954
2. Elementos contratuais.....	955
2.1. Cessão do uso e gozo.....	955
2.2. Coisa infungível.....	956
2.3. Retribuição (aluguel).....	956
2.4. Temporariedade (prazo).....	957
3. Natureza jurídica.....	958
4. Obrigações dos contratantes.....	958
4.1. Obrigações do locador.....	958
4.2. Obrigações do locatário.....	961
4.3. Despejo e pandemia.....	961
5. Extinção da locação.....	961
5.1. Extinção da locação com prazo.....	961
5.2. Extinção da locação sem prazo.....	962
5.3. Extinção pela venda do bem locado.....	963
5.4. Extinção pelo inadimplemento.....	964
5.5. Extinção pela morte de uma das partes.....	965
12. CONTRATO DE FIANÇA.....	966
1. Noções gerais do contrato de fiança.....	966
2. Características primordiais.....	967
3. Regramento da fiança.....	969
4. Eficácia da fiança.....	970
5. Extinção da fiança.....	973
5.1. Decurso do prazo e exoneração do fiador.....	973
5.2. Morte do fiador.....	973
5.3. Causas imputáveis ao credor.....	973
5.4. Causas extintivas diretas genéricas.....	975
5.5. Causas extintivas indiretas.....	975
Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	977
1. DIREITOS REAIS.....	979
1. Conceito.....	979
2. Características fundamentais dos direitos reais.....	979
2.1. Absolutismo.....	979
2.2. Sequela.....	980
2.3. Preferência.....	980
2.4. Taxatividade.....	981
3. A relação jurídica de direito real.....	982
4. Classificação.....	983
5. Obrigações <i>propter rem</i>	983
2. POSSE	986
1. Breve histórico da posse.....	986
2. Teorias e definição da posse.....	986
2.1. Teoria subjetiva (clássica) de Savigny.....	986

REAIS

2.2.	Teoria objetiva de Ihering	987
2.3.	Definição da posse.....	987
3.	Natureza da posse	987
4.	A função social da posse e o direito de moradia.....	989
4.1.	Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana.....	989
4.2.	A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada).....	990
4.3.	A legitimação da posse	993
4.4.	A posse e os conflitos multitudinários.....	995
4.4.1.	A tensão entre posse e propriedade.....	995
4.4.2.	Intervenção do Ministério Público	995
4.4.3.	As invasões coletivas	996
4.4.4.	As ocupações coletivas	997
5.	Objeto da posse.....	997
6.	Desdobramento da posse.....	998
7.	Composse.....	999
8.	Detenção	1000
9.	Classificação da posse.....	1003
9.1.	Vícios objetivos da posse.....	1004
9.2.	Vício subjetivo da posse.....	1005
10.	Interversão (convalescimento) da posse	1006
11.	Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte	1007
11.1.	Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis.....	1007
11.1.1.	Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária.....	1007
11.1.2.	Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade.....	1009
11.1.2.1.	A aquisição da posse coletiva	1009
11.1.2.2.	Aquisição titulada da posse de bens públicos.....	1009
11.2.	Conclusão.....	1011
12.	Efeitos.....	1011
12.1.	Direito aos frutos.....	1011
12.2.	Responsabilidade civil do possuidor	1012
12.3.	Direito às benfeitorias	1012
12.3.1.	Noções gerais	1012
12.3.2.	As benfeitorias e a posse	1013
12.3.3.	As benfeitorias e o direito de retenção.....	1014
12.3.4.	As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais.....	1014
12.4.	Direito à usucapião	1015
12.5.	Ações possessórias.....	1015
12.5.1.	Fundamento da proteção possessória.....	1015
12.5.2.	A tutela jurisdicional da posse	1016
12.5.3.	As ações possessórias em espécie	1017
12.5.3.1.	Reintegração de posse	1018
12.5.3.2.	Manutenção de posse	1020
12.5.3.3.	Interdito proibitório	1020
12.5.3.4.	Autoexecutoriedade.....	1021
12.5.4.	Aspectos processuais das ações possessórias.....	1021
12.5.4.1.	Aspectos gerais	1021
12.5.4.2.	O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	1023
12.5.4.2.1.	O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força Velha”	1024
12.5.4.2.2.	O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força nova”	1027
12.5.4.3.	Natureza dúplice das possessórias.....	1027
12.5.4.4.	Fungibilidade das possessórias.....	1027
12.5.4.5.	Cumulação de pedidos	1028
12.5.4.6.	Competência para processar e julgar a ação possessória	1028

12.6. A tutela da posse por outros mecanismos.....	1029
12.6.1. Imissão de posse.....	1029
12.6.2. Ação de nunciação de obra nova.....	1029
3. PROPRIEDADE	1031
1. Breve histórico da propriedade.....	1031
2. Propriedade e domínio.....	1032
3. Da propriedade às propriedades.....	1033
3.1. Propriedades <i>versus</i> propriedades.....	1033
3.2. A propriedade intelectual	1033
3.3. A multipropriedade	1034
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade.....	1035
5. O direito fundamental à propriedade como acesso ao mínimo existencial.....	1035
6. Estrutura do direito de propriedade.....	1036
6.1. Faculdade de usar	1036
6.2. Faculdade de gozar	1037
6.3. Faculdade de dispor	1037
6.4. Faculdade de reivindicar	1037
7. Principais atributos da propriedade.....	1038
7.1. Exclusividade.....	1038
7.2. Perpetuidade.....	1038
7.3. Elasticidade e consolidação	1039
8. Função social das propriedades.....	1039
8.1. Generalidades.....	1039
8.2. Noção de função social.....	1040
8.3. A propriedade como direito subjetivo com função social.....	1040
8.4. A propriedade como relação jurídica complexa.....	1041
8.5. Função social da propriedade urbana.....	1041
8.6. Função social da propriedade rural	1042
8.7. Função social das diversas propriedades.....	1044
8.8. Síntese.....	1045
9. A extensão das faculdades da propriedade.....	1045
10. Da descoberta.....	1046
11. Modos de aquisição da propriedade imobiliária.....	1047
11.1. Registro	1047
11.1.1. Princípios regentes	1047
11.1.2. Da relação obrigacional para a eficácia real.....	1047
11.1.3. Aproximação entre o título e o modo.....	1048
11.1.4. Princípio da Concentração na Matrícula Imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	1049
11.1.5. Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) - Lei n. 14.382/22.....	1050
11.1.6. Função social registral.....	1051
11.1.7. Atributos do registro	1051
11.1.8. Distinções terminológicas.....	1057
11.1.9. O Ato Notarial Eletrônico, a Matrícula Notarial Eletrônica e a assinatura digital: A propriedade digital e o registro público no século XXI.....	1057
11.2. Usucapião.....	1059
11.2.1. Breve histórico	1059
11.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	1059
11.2.3. Requisitos da usucapião.....	1060
11.2.3.1. Requisitos pessoais	1060
11.2.3.2. Requisitos reais	1061
11.2.3.3. Requisitos formais.....	1063
11.2.3.3.1. A Lei 14.010/2020 e a usucapião.....	1063

11.2.4. Usucapião extraordinária.....	1064
11.2.5. Usucapião ordinária	1066
11.2.5.1. Justo título.....	1066
11.2.5.2. Boa-fé.....	1067
11.2.6. Usucapião tabular	1067
11.2.7. Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	1067
11.2.8. Usucapião especial (urbana).....	1068
11.2.9. Usucapião urbana coletiva.....	1069
11.2.10. Usucapião urbana administrativa	1071
11.2.11. Usucapião Extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos – alterada pela Lei 13.465/17)	1072
11.2.12. Usucapião rural.....	1074
11.2.13. Usucapião indígena.....	1075
11.2.14. Usucapião especial do artigo 68 do ADCT	1075
11.2.15. Usucapião pró-família	1075
11.2.16. Questões procedimentais e processuais da usucapião.....	1076
11.2.17. Usucapião como defesa.....	1079
11.3. Acessão.....	1080
11.3.1. Acessão natural	1080
11.3.2. Acessão artificial – construções e plantações.....	1081
11.3.2.1. Aspectos gerais	1081
11.3.2.2. A tensão entre a propriedade e a posse	1081
11.3.2.3. A desapropriação no interesse privado.....	1083
11.4. Legitimação fundiária.....	1083
12. Modos de perda da propriedade	1086
12.1. Alienação.....	1086
12.2. Renúncia.....	1086
12.3. Abandono.....	1087
12.4. Perecimento.....	1088
12.5. Desapropriação	1088
13. Modos de aquisição da propriedade móvel.....	1089
13.1. Ocupação	1089
13.2. Achado do tesouro	1089
13.3. Especificação	1090
13.4. Confusão, comissão e adjunção.....	1090
13.5. Usucapião.....	1091
13.6. Tradição.....	1091
14. Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i>	1093
15. A propriedade aparente.....	1093
15.1. A fragmentação do direito de propriedade	1093
15.2. O significado da propriedade aparente.....	1094
15.3. Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade	1094
16. Propriedade fiduciária	1095
16.1. Noções introdutórias.....	1095
16.2. Conceito, elementos e natureza jurídica	1095
16.3. Constituição da propriedade fiduciária.....	1096
16.4. Características da propriedade fiduciária	1097
16.5. O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil	1099
16.6. A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DL 911/69	1100
16.7. O fim da prisão civil do depositário infiel	1102
16.8. A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17) e as questões do Marco Legal das Garantias (Lei n. 14.711/2023).....	1102
16.9. A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil.....	1111
16.10. Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	1112
17. Propriedade superficiária	1113

17.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1112
17.2. Conteúdo do direito de superfície.....	1113
17.3. Superfície e a laje.....	1115
17.4. O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	1116
17.5. Extinção do direito de superfície.....	1117
17.6. A superfície e outros modelos jurídicos.....	1118
18. A Laje.....	1119
18.1. Conceito e noções fundamentais.....	1119
18.2. As espécies de laje.....	1120
4. DIREITOS DE VIZINHANÇA	1122
1. Noções gerais.....	1122
2. Uso anormal da propriedade.....	1123
2.1. Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	1123
2.2. Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	1124
2.3. Uso anormal, causando danos anormais, sem justificção social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito)	1124
3. Árvores limítrofes.....	1124
4. Passagem forçada.....	1125
5. Da passagem de cabos e tubulações.....	1125
6. Das águas.....	1126
7. Limites entre prédios e direito de tapagem.....	1127
8. Direito de construir.....	1129
8.1. O direito de construir e a função social da propriedade.....	1129
8.2. O direito de construir no Código Civil.....	1130
5. CONDOMÍNIO	1132
1. Noções gerais.....	1132
2. Condomínio ordinário.....	1133
2.1. Classificação.....	1133
2.2. Conteúdo da cotitularidade.....	1133
2.3. Exercício da cotitularidade.....	1134
2.4. Extinção do condomínio voluntário.....	1135
2.5. Administração do condomínio.....	1137
2.6. Condomínio necessário.....	1137
3. Condomínio edilício.....	1138
3.1. Noções gerais.....	1138
3.2. Natureza jurídica.....	1139
3.3. Elementos constitutivos.....	1140
3.3.1. Convenção de condomínio.....	1141
3.3.2. Regimento interno.....	1142
3.4. Direitos dos condôminos.....	1142
3.5. Deveres dos condôminos.....	1144
3.6. As sanções punitivas condominiais.....	1146
3.7. O inadimplemento condominial.....	1148
3.8. Administração do condomínio.....	1149
3.8.1. Síndico.....	1149
3.8.2. Assembleia geral.....	1150
3.8.3. Conselho fiscal.....	1152
3.9. Extinção do condomínio edilício.....	1152
3.10. O condomínio e o direito real de laje.....	1152

4. Condomínio de casas	1153
5. O condomínio de lotes	1154
5.1. Os “loteamentos fechados”	1154
5.2. Os condomínios de lotes.....	1155
5.3. O loteamento de acesso controlado	1156
6. O Condomínio em Multipropriedade.....	1156
6.1. Noções Gerais.....	1156
6.2. A regulamentação jurídica do Condomínio Multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	1157
7. Os fundos de investimento	1160
6. DIREITOS REAIS EM COISA ALHEIA.....	1163
1. Introdução.....	1163
2. A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	1163
3. Direitos reais de fruição.....	1164
3.1. Enfitese	1164
3.1.1. Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	1164
3.1.2. Noções gerais	1164
3.1.3. Objeto.....	1164
3.1.4. Modos de aquisição.....	1165
3.1.5. Conteúdo.....	1165
3.1.6. Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	1166
3.1.7. Peculiaridades.....	1167
3.2. Servidão.....	1167
3.2.1. Breve histórico	1167
3.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	1167
3.2.3. Distinções necessárias.....	1168
3.2.4. Classificação.....	1169
3.2.5. Modos de constituição.....	1170
3.2.6. Exercício.....	1171
3.2.7. Extinção	1172
3.2.8. Tutela processual das servidões	1173
3.3. Usufruto.....	1173
3.3.1. Conceito e características.....	1173
3.3.2. Distinções necessárias.....	1174
3.3.3. Objeto.....	1175
3.3.4. Modos de constituição.....	1176
3.3.5. Direitos do usufrutuário.....	1178
3.3.6. Obrigações do usufrutuário.....	1179
3.3.7. Extinção	1180
3.4. Direito real de uso.....	1183
3.4.1. O modelo do Código Civil.....	1183
3.4.2. A concessão de direito real de uso	1183
3.4.3. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1184
3.5. Direito real de habitação	1184
4. Direitos reais de garantia.....	1186
4.1. Teoria geral.....	1186
4.1.1. Características dos direitos reais de garantia	1186
4.1.2. Princípios básicos dos direitos de garantia	1189
4.1.3. Distinção entre direitos de garantia e de gozo.....	1189
4.2. Penhor.....	1189
4.2.1. Noções introdutórias	1189
4.2.2. Características do penhor	1190
4.2.3. Direitos e obrigações do credor pignoratício.....	1190

4.2.4.	Extinção do penhor.....	1192
4.2.5.	Modalidades de penhor	1192
4.2.5.1.	Penhor rural	1192
4.2.5.2.	Penhor industrial e mercantil.....	1194
4.2.5.3.	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	1194
4.2.5.4.	Penhor de veículos.....	1196
4.2.5.5.	Penhor legal.....	1196
4.3.	Hipoteca.....	1198
4.3.1.	Noções gerais	1198
4.3.2.	Modalidades de hipoteca.....	1199
4.3.2.1.	Hipoteca convencional.....	1199
4.3.2.2.	Hipoteca legal.....	1203
4.3.2.3.	Hipoteca judiciária.....	1203
4.3.2.4.	Hipotecas especiais.....	1204
4.3.2.5.	Hipoteca cedular.....	1204
4.3.3.	Remição da hipoteca.....	1205
4.3.4.	Extinção da hipoteca.....	1207
4.4.	Anticrese.....	1208
5.	Direito real à aquisição – promessa de compra e venda.....	1209
5.1.	Noções gerais.....	1209
5.2.	A promessa como contrato preliminar	1209
5.2.1.	Noções gerais.....	1209
5.2.2.	Eficácia obrigacional	1210
5.2.3.	A eficácia real do contrato preliminar.....	1212
5.2.4.	O contrato preliminar impróprio.....	1212
5.2.5.	A adjudicação compulsória extrajudicial – Lei 14.382/22.....	1214
5.3.	A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais.....	1214
5.4.	Noções gerais acerca da extinção da promessa de compra e venda à luz da Lei n. 13.786/18	1215

FAMÍLIA

	Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1219
1.	INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	1221
1.	As famílias.....	1221
1.1.	A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	1221
1.2.	A família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	1222
2.	O direito das famílias.....	1223
2.1.	Noções conceituais	1223
2.2.	Estrutura do direito das famílias.....	1223
2.3.	Objeto de estudo do direito das famílias.....	1223
2.4.	A natureza jurídica das normas do Direito das Famílias	1224
2.5.	A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)	1224
2.6.	A privacidade familiar.....	1225
3.	Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea.....	1225
4.	Fontes do direito das famílias	1225
5.	As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	1226
5.1.	As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	1226

5.2.	A não taxatividade do rol constitucional.....	1226
5.3.	Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	1227
5.3.1.	Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	1227
5.3.2.	Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher.....	1231
5.3.3.	Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	1231
5.3.4.	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	1232
5.3.5.	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	1234
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	1235
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	1236
7.1.	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	1236
7.2.	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	1236
8.	A função social da família.....	1237
9.	Responsabilidade civil no direito das famílias.....	1238
10.	A perda de uma chance nas relações de família.....	1239
2.	O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA)	1241
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	1241
2.	Estrutura jurídica do casamento.....	1241
2.1.	Noções conceituais.....	1241
2.2.	Finalidades do casamento.....	1242
2.3.	Natureza jurídica do casamento.....	1242
2.4.	Características do casamento.....	1243
2.5.	Prova do casamento.....	1244
2.6.	Os esponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	1244
2.7.	Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	1245
2.8.	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	1245
2.9.	Impedimentos matrimoniais.....	1246
2.9.1.	Noções conceituais.....	1246
2.9.2.	Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	1246
2.9.3.	Classificação dos impedimentos.....	1247
2.9.4.	Impedimentos resultantes do parentesco.....	1247
2.9.5.	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	1248
2.9.6.	Impedimento resultante da prática de crime.....	1248
2.10.	Causas suspensivas matrimoniais.....	1248
2.10.1.	Noções conceituais.....	1248
2.10.2.	Oposição das causas suspensivas.....	1248
2.10.3.	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	1249
2.10.4.	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	1249
2.10.5.	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	1249
2.10.6.	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	1249
2.11.	A habilitação para o casamento.....	1250
2.11.1.	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	1250
2.11.2.	A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento.....	1250
2.11.3.	O procedimento de habilitação e as suas fases.....	1251
2.12.	Casamento de militares.....	1252
2.13.	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	1252
2.14.	Contrato de emprego entre cônjuges.....	1252
3.	Existência, validade e eficácia do casamento.....	1253
3.1.	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	1253
3.2.	A existência do casamento.....	1253
3.3.	A validade do casamento.....	1254

3.3.1.	Generalidades.....	1254
3.3.2.	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	1254
3.3.3.	O casamento anulável (invalidade relativa).....	1255
3.3.4.	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	1256
3.3.5.	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	1257
3.3.6.	O casamento putativo.....	1257
4.	Celebração do casamento.....	1258
4.1.	Noções gerais.....	1258
4.2.	Formalidades da celebração.....	1258
4.3.	O momento da celebração.....	1259
4.4.	O casamento consular.....	1259
4.5.	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	1260
4.6.	Conversão da união estável em casamento.....	1260
4.7.	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	1261
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	1262
5.1.	Generalidades.....	1262
5.2.	Efeitos sociais.....	1262
5.3.	Efeitos pessoais.....	1263
5.3.1.	Noções gerais.....	1263
5.3.2.	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	1263
5.3.3.	Fixação do domicílio conjugal.....	1264
5.3.4.	Os direitos e deveres recíprocos.....	1264
5.4.	Efeitos patrimoniais.....	1265
5.5.	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	1265
5.6.	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	1266
3.	O REGIME DE BENS DO CASAMENTO.....	1268
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	1268
1.1.	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	1268
1.2.	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional.....	1268
2.	Lineamentos sobre o regime de bens.....	1269
2.1.	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	1269
2.2.	Princípios norteadores do regime de bens.....	1269
2.2.1.	Generalidades.....	1269
2.2.2.	A liberdade de escolha do regime de bens.....	1269
2.2.3.	Variedade do regime de bens.....	1273
2.2.4.	Mutabilidade motivada do regime de bens.....	1273
2.3.	Eficácia do regime de bens no casamento.....	1275
2.4.	Regime de bens na união estável.....	1275
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	1276
3.1.	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	1276
3.2.	Atos que independem do consentimento do consorte.....	1276
3.3.	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	1277
3.4.	Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	1277
3.4.1.	A exigência de consentimento para determinados atos.....	1277
3.4.2.	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	1278
3.4.3.	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens.....	1279
3.4.4.	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	1279
3.4.5.	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge.....	1280
3.4.6.	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	1280

4.	O pacto antenupcial	1280
4.1.	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	1280
4.2.	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis	1281
4.3.	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	1282
4.4.	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	1282
5.	Os diferentes regimes de bens	1282
5.1.	Generalidades	1282
5.2.	O regime de comunhão parcial de bens	1282
5.3.	O regime de comunhão universal de bens	1284
5.4.	O regime de separação convencional ou absoluta de bens	1285
5.5.	O regime de participação final nos aquestos	1286
4.	A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO)	1288
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	1288
2.	A dissolução do casamento	1289
2.1.	Esforço histórico evolutivo da dissolução do casamento	1289
2.2.	O sistema unificado de dissolução do casamento	1289
2.3.	A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento	1291
2.4.	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva)	1291
2.5.	A dissolução do casamento pela morte	1292
2.6.	A morte presumida como causa dissolutória do casamento	1293
3.	O divórcio	1294
3.1.	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	1294
3.2.	Noções conceituais	1294
3.3.	Requisito constitucional único para o divórcio	1295
3.4.	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015)	1295
3.5.	Superação do regime diferenciado do divórcio	1296
3.6.	O divórcio litigioso e o divórcio consensual	1296
3.7.	O divórcio consensual	1296
3.7.1.	Generalidades	1296
3.7.2.	O divórcio consensual em juízo	1296
3.7.3.	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo)	1297
3.8.	O divórcio litigioso	1298
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio	1299
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	1301
5.1.	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	1301
5.2.	Outras controvérsias patrimoniais relevantes	1301
5.	A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL)	1304
1.	Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável	1304
2.	Esforço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira	1305
3.	A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	1306
3.1.	A união livre e a sociedade de fato	1306
3.2.	O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico	1306
3.3.	A união estável	1307
3.4.	O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa	1307
4.	Elementos caracterizadores da união estável	1308
4.1.	Noções gerais	1308
4.2.	O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	1308

4.3.	A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas).....	1309
4.4.	A estabilidade.....	1310
4.5.	A continuidade.....	1310
4.6.	A publicidade.....	1310
4.7.	A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas.....	1310
4.8.	A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	1311
5.	Efeitos pessoais da união estável.....	1313
5.1.	As relações pessoais entre os companheiros.....	1313
5.2.	Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação.....	1313
5.3.	Direito ao uso do sobrenome do companheiro.....	1314
5.4.	Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	1314
5.5.	Adoção por companheiros.....	1314
5.6.	Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	1314
5.7.	Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	1315
5.8.	A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	1315
5.9.	Enquadramento como herdeiro necessário.....	1315
5.10.	Impedimento para testemunhar.....	1316
6.	Efeitos patrimoniais.....	1316
6.1.	As consequências econômicas da união estável.....	1316
6.2.	O regime de bens e o direito à meação.....	1316
6.3.	O contrato de convivência na união estável e seus efeitos.....	1318
6.3.1.	Contornos gerais do contrato de convivência.....	1318
6.3.2.	Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	1318
6.3.3.	Eficácia do pacto convivencial.....	1319
6.3.4.	Conteúdo.....	1319
6.3.5.	O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	1320
6.3.6.	O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	1320
6.4.	Alimentos na união estável.....	1320
6.5.	Direito aos benefícios previdenciários.....	1321
6.6.	Efeitos tributários.....	1321
6.7.	Impenhorabilidade do bem de família.....	1321
7.	Conversão da união estável em casamento.....	1321
8.	Aspectos processuais da união estável.....	1322
9.	Ações típicas da união estável.....	1323
6.	O PARENTESCO.....	1324
1.	Noções conceituais sobre o parentesco.....	1324
1.1.	O vínculo parental: linhas e graus.....	1325
1.2.	Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.....	1326
2.	As espécies de parentesco.....	1326
2.1.	Espécies de parentesco.....	1326
2.2.	O parentesco por afinidade.....	1327
2.3.	O parentesco e a obrigação alimentar.....	1328
7.	A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS.....	1329
1.	A filiação à luz do direito civil- -constitucional.....	1329
2.	Noções elementares sobre a filiação.....	1329
2.1.	Noções conceituais sobre a filiação.....	1329
2.2.	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	1330
2.3.	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel”).....	1331
2.4.	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	1331
2.5.	O parto anônimo (“roda dos enjeitados”) e a questão filiatória.....	1333
2.6.	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente.....	1334

3.	Critérios determinantes da filiação	1334
3.1.	Generalidades	1334
3.2.	Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>).....	1335
3.2.1.	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	1335
3.2.2.	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	1335
3.2.3.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual).....	1336
3.2.4.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida.....	1336
3.2.5.	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade)	1339
3.3.	Critério biológico (exame DNA)	1339
3.4.	Critério afetivo (a filiação socioafetiva).....	1340
3.5.	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	1341
3.6.	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos	1342
4.	O reconhecimento de filhos.....	1343
4.1.	O reconhecimento voluntário de filhos.....	1343
4.2.	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa.....	1345
4.3.	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade)	1345
4.3.1.	Generalidades.....	1345
4.3.2.	Legitimidade ativa.....	1347
4.3.3.	Legitimidade passiva	1348
4.3.4.	Litisconsórcio	1348
4.3.5.	Competência.....	1349
4.3.6.	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	1349
4.3.7.	A prova nas ações investigatórias de parentalidade.....	1349
4.3.8.	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família.....	1351
4.3.9.	A coisa julgada nas ações filiatórias	1351
8.	A GUARDA DE FILHOS	1352
1.	A guarda em visão conforme a Constituição.....	1352
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	1352
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	1353
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	1355
5.	A guarda compartilhada	1355
5.1.	Noções gerais sobre a guarda compartilhada	1355
5.2.	Critérios para o seu compartilhamento da guarda.....	1356
5.3.	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado	1356
5.4.	A questão da guarda compartilhada quando houver violência.....	1357
6.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral	1358
9.	OS ALIMENTOS.....	1359
1.	Os alimentos na visão civil-constitucional.....	1359
2.	Noções gerais sobre os alimentos.....	1360
2.1.	Noções conceituais e natureza jurídica.....	1360
2.2.	Características	1360
2.2.1.	Caráter personalíssimo	1360
2.2.2.	Irrenunciabilidade.....	1361
2.2.3.	Atualidade	1361
2.2.4.	Futuridade.....	1362
2.2.5.	Imprescritibilidade.....	1362
2.2.6.	(In)Transmissibilidade	1362

2.2.7.	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	1363
2.2.8.	Irrepetibilidade	1364
2.2.9.	Incompensabilidade.....	1365
2.2.10.	Impenhorabilidade	1365
2.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	1365
2.3.1.	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar	1365
2.3.2.	Alimentos entre cônjuges.....	1365
2.3.3.	Alimentos entre companheiros (os alimentos na união estável).....	1366
2.3.4.	Alimentos decorrentes do parentesco.....	1366
2.3.5.	Alimentos prestados em favor do nascituro (os alimentos gravídicos)	1367
2.4.	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	1367
2.5.	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	1368
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos)	1368
3.1.	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	1368
3.2.	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	1369
3.3.	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	1369
3.4.	Alimentos transitórios.....	1369
4.	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais	1370
5.	A prisão civil do devedor de alimentos.....	1371
6.	A execução dos alimentos pretéritos	1372
7.	A prestação de contas em alimentos	1372
10.	A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA)	1373
1.	Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	1373
2.	A tutela.....	1374
2.1.	A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional n. 65/10).....	1374
2.2.	Noções conceituais sobre a tutela.....	1374
2.3.	Modalidades de tutela	1375
2.4.	Manifestação de vontade do tutelado	1376
2.5.	Incapacidade para a tutela	1376
2.6.	Escusa dos tutores.....	1376
2.7.	Garantia da tutela.....	1377
2.8.	O protutor.....	1377
2.9.	Exercício da tutela	1377
2.9.1.	Generalidades.....	1377
2.9.2.	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	1378
2.9.3.	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	1378
2.10.	Responsabilidade judicial na tutela.....	1379
2.11.	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro)...	1379
2.12.	Prestação de contas.....	1379
2.13.	Extinção da tutela.....	1380
3.	A curatela	1380
3.1.	Noções conceituais sobre a curatela	1380
3.2.	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil	1381
3.3.	Espécies de curatela: as hipóteses de incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência	1382
3.4.	A curatela especial do nascituro.....	1384
3.5.	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA)	1384
3.6.	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interdidadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal do Estatuto da Pessoa com Deficiência)	1386

3.7. Críticas (justas) à nova teoria das incapacidades	1386
3.8. O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1387
3.8.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do curatelando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1387
3.8.2. A ação de curatela.....	1387
3.8.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela	1391
11. A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO.....	1393
1. Uma visão constitucional da adoção.....	1393
2. Generalidades sobre a adoção.....	1394
2.1. Noções conceituais	1394
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos	1394
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1395
2.4. O estágio de convivência	1396
2.5. Legitimidade para a adoção.....	1396
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1397
2.7. A adoção pelo par homoafetivo.....	1398
2.8. A adoção “à brasileira”.....	1398
2.9. (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1399
2.10. A adoção póstuma.....	1399
2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção.....	1400
2.12. Efeitos jurídicos da adoção.....	1400
2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção	1401
2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal	1401
3. Aspectos processuais da adoção	1402
3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção.....	1402
3.2. Competência	1402
3.3. A atuação do Ministério Público.....	1402
3.4. O cadastro e o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção	1403
3.5. A sentença no procedimento de adoção	1403

SUCESSÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1405
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	1407
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico	1407
2. Objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial	1408
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas	1408
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais	1408
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório	1410
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	1410
2.5. Contas bancárias conjuntas.....	1410
2.6. Seguro de vida.....	1411
3. O direito das sucessões.....	1411
3.1. A sucessão na perspectiva constitucional	1411
3.2. A função social da sucessão	1412
3.3. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	1412
4. Terminologias essenciais.....	1412
4.1. Autor da herança ou <i>de cujus</i>	1412

4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário.....	1412
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	1413
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários).....	1413
4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	1414
4.6. Herdeiro universal.....	1415
4.7. Herança e espólio.....	1415
4.8. Herança e meação.....	1415
4.9. Herança e a aceitação com benefício de inventário.....	1416
4.10. Inventário e partilha.....	1416
5. A desconconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões.....	1416
6. O planejamento sucessório.....	1417
2. ELEMENTOS GENÉRICOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES (A SUCESSÃO EM GERAL).....	1418
1. Linhas gerais sobre a morte.....	1418
1.1. Sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte.....	1418
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro.....	1419
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência).....	1419
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>).....	1420
1.5. A comoriência.....	1421
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial.....	1422
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	1423
2.1. A abertura da sucessão.....	1423
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>).....	1424
2.2.1. Generalidades.....	1424
2.2.2. Fixação da norma material sucessória.....	1424
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória.....	1425
2.2.4. Cálculo da legítima.....	1425
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário.....	1426
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	1427
3.1. Sobre a legitimação sucessória.....	1427
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	1427
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	1428
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	1429
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária.....	1430
4. A indignidade e a deserdação.....	1431
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação.....	1431
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação.....	1432
4.3. A questão do reconhecimento judicial.....	1432
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	1433
4.5. O indigno ou deserddado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé.....	1434
4.6. A indignidade.....	1434
4.6.1. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	1434
4.6.2. Hipóteses de cabimento.....	1435
4.6.3. Reabilitação do indigno (perdão do ofendido).....	1437
4.7. A deserdação.....	1437
4.7.1. Pressupostos da deserdação.....	1437
4.7.2. Causas deserdativas dos herdeiros necessários.....	1438
4.7.3. A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i>	1439
4.7.4. O perdão do ofendido (reabilitação do deserddado).....	1440
5. A cessão de direitos hereditários (cessão de herança).....	1440
5.1. Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	1440
5.2. Direito de preferência ou prelação.....	1440
5.3. Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	1441

5.4.	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário	1442
5.5.	Efeitos da cessão de direitos hereditários.....	1442
6.	A aceitação da herança	1442
6.1.	Noções conceituais	1442
6.2.	Aceitação da herança com benefício de inventário.....	1443
6.3.	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irrevocababilidade).....	1443
6.4.	Integralidade da aceitação.....	1444
6.5.	Formas de aceitação da herança.....	1444
6.6.	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança.....	1445
7.	A renúncia da herança.....	1445
7.1.	Generalidades e noções conceituais	1445
7.2.	Requisitos da renúncia da herança.....	1446
7.3.	Efeitos da renúncia da herança.....	1446
7.4.	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	1447
7.5.	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar).....	1447
7.6.	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa)	1448
8.	A petição de herança	1448
8.1.	Noções gerais sobre a petição de herança.....	1448
8.2.	Natureza jurídica da ação de petição de herança	1449
8.3.	Legitimados para a ação de petição de herança	1450
8.4.	O objeto da petição de herança	1450
8.5.	A prescritibilidade da pretensão de petição de herança	1450
8.6.	Efeitos da petição de herança.....	1451
8.7.	A petição de herança e o herdeiro aparente	1451
3.	A SUCESSÃO LEGÍTIMA (A SUCESSÃO OPERADA POR FORÇA DE LEI)	1453
1.	Noções gerais sobre a sucessão legítima	1453
2.	A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	1454
3.	A herança jacente e a herança vacante	1454
3.1.	Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído.....	1454
3.2.	A herança jacente	1455
3.3.	A herança vacante.....	1455
3.4.	Abertura simplificada da vacância.....	1456
3.5.	Direito de cobrança de créditos	1456
4.	A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	1456
4.1.	Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação.....	1456
4.2.	Campo de aplicação.....	1457
4.3.	Linhas de incidência da sucessão por representação	1457
4.4.	Pressupostos para a sucessão por representação	1458
4.5.	Efeitos da sucessão por representação.....	1458
5.	A sucessão dos descendentes.....	1458
5.1.	Generalidades sobre a sucessão dos descendentes	1458
5.2.	Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes.....	1459
5.3.	A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	1459
6.	A sucessão dos ascendentes.....	1460
7.	A sucessão do cônjuge.....	1461
7.1.	Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	1461
7.2.	A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	1461
7.3.	A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato	1461
7.4.	A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança	1462
7.4.1.	A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	1462
7.4.2.	A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	1463

7.4.3. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes.....	1464
7.4.4. Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes.....	1465
7.5. A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança.....	1465
7.6. O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência).....	1466
7.7. O direito real de habitação do cônjuge.....	1466
8. A sucessão dos companheiros.....	1467
9. A sucessão dos colaterais.....	1469
4. A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA (A SUCESSÃO DE ACORDO COM A VONTADE DO TITULAR DO PATRIMÔNIO).....	1471
1. Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	1471
1.1. Noções conceituais sobre o testamento.....	1471
1.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade.....	1472
1.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	1473
1.4. A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas).....	1473
1.5. Características fundamentais do testamento.....	1474
1.6. A proibição do pacto sucessório.....	1475
2. Capacidade testamentária.....	1476
2.1. Lineamentos gerais.....	1476
2.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	1476
2.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa.....	1478
2.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder).....	1478
2.5. Prazo para a impugnação do testamento.....	1478
3. As diferentes formas testamentárias.....	1479
3.1. Referências gerais.....	1479
3.2. As testemunhas testamentárias.....	1479
3.3. Testamento público.....	1480
3.4. Testamento cerrado, secreto ou místico.....	1482
3.5. Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador).....	1483
3.6. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico.....	1484
3.7. Testamentos especiais: militar.....	1485
3.8. A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos.....	1485
4. O codicilo.....	1486
4.1. Noções conceituais.....	1486
4.2. Objeto do codicilo.....	1487
4.3. Revogação do codicilo.....	1488
5. As cláusulas testamentárias.....	1488
5.1. Introdução: as disposições testamentárias.....	1488
5.2. A nulidade das cláusulas derogatórias.....	1489
5.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo).....	1489
5.4. Interpretação das disposições testamentárias.....	1490
5.5. Invalidez das disposições testamentárias.....	1491
5.6. Nomeação por certo motivo.....	1492
5.7. Cláusulas testamentárias restritivas.....	1493
5.7.1. Generalidades.....	1493
5.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	1493
5.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas.....	1494
5.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva.....	1495
6. A redução das cláusulas testamentárias.....	1495
7. O direito de acrescer.....	1496
7.1. O direito de acrescer no campo sucessório.....	1496
7.2. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	1497

7.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários.....	1497
7.4. Direito de acrescer no legado de usufruto.....	1498
8. O testamenteiro	1498
8.1. Noções gerais.....	1498
8.2. Funções do testamenteiro	1499
8.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro.....	1499
8.4. Remuneração do testamenteiro	1499
9. A substituição testamentária	1500
9.1. Sobre a possibilidade de substituição testamentária.....	1500
9.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	1500
9.3. A substituição vulgar ou ordinária	1501
9.4. A substituição recíproca.....	1501
9.5. A substituição fideicomissária.....	1501
10. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	1503
10.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento.....	1503
10.2. Extinção do testamento por invalidez.....	1503
10.3. Caducidade do testamento.....	1504
10.4. Revogação do testamento.....	1504
10.5. Rompimento do testamento.....	1505
5. INVENTÁRIOS E PARTILHAS	1507
1. Noções gerais sobre o inventário	1507
2. O procedimento de inventário	1508
2.1. O procedimento contencioso de inventário	1508
2.2. O inventário negativo.....	1508
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário.....	1508
2.4. O procedimento tradicional de inventário.....	1509
2.5. O arrolamento sumário	1509
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo).....	1510
2.7. O inventário extrajudicial.....	1510
2.8. O alvará judicial	1512
2.9. A partilha por ato entre vivos.....	1513
3. Competência.....	1513
4. Prazo de abertura.....	1514
5. Legitimidade para a abertura do inventário	1515
6. Valor da causa e custas processuais.....	1516
7. Questões de alta indagação.....	1516
8. O inventariante.....	1517
8.1. Noções gerais.....	1517
8.2. A nomeação do inventariante	1517
8.3. A inventariança e a representação do espólio.....	1518
8.4. As atribuições.....	1519
8.5. A remoção e a destituição do inventariante	1519
9. O procedimento (comum) de inventário.....	1520
9.1. Generalidades	1520
9.2. Petição inicial	1520
9.3. As primeiras declarações e as científicações (citações e intimações)	1520
9.4. Intervenção do Ministério Público.....	1521
9.5. Impugnações.....	1521
9.6. Avaliações	1521
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário	1522
9.8. Pagamento das dívidas do falecido.....	1522
9.9. Sonogados.....	1523

9.10. Colação e redução das doações inoficiosas	1524
9.10.1. Generalidades	1524
9.10.2. Alcance subjetivo da colação	1524
9.10.3. Cálculo do bem a ser colacionado	1525
9.10.4. Dispensa da colação	1525
9.11. A partilha.....	1525
9.11.1. Noções conceituais.....	1525
9.11.2. Espécies de partilha	1526
9.11.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	1527
9.11.4. A emenda da partilha e a sobrepartilha.....	1528
BIBLIOGRAFIA	1529